



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0499/13	DATA: 09/05/2013
INÍCIO: 10h23min	TÉRMINO: 12h43min	DURAÇÃO: 02h20min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h18min	PÁGINAS: 50	QUARTOS: 28

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

KAREN COPE - Diretora de Licenciamento e Avaliação Ambiental da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.
GUSTAVO LUEDEMANN - Coordenador-Geral de Mudanças Globais de Clima do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.
NEILTON FIDELIS DA SILVA - Assessor no Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.
CARLOS RITTL - Coordenador do Programa de Mudanças Climáticas e Energia do WWF Brasil.

SUMÁRIO: Debates sobre o processo de revisão do Plano Nacional sobre Mudança Climática.

OBSERVAÇÕES

Reunião conjunta realizada com a participação da Comissão Mista de Mudanças Climáticas e da Frente Parlamentar Ambientalista.
Houve exibição de imagens.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Boa tarde, senhoras e senhores.

Declaro aberta a presente reunião de audiência pública destinada a debater o tema *O Processo de Revisão do Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas*.

O requerimento para a realização deste evento é de minha autoria.

Comunico a todos que o evento, que está sendo transmitido ao vivo pela *Internet* e está sendo gravado pela *TV Câmara* para ser exibido posteriormente na programação da emissora.

Informo aos palestrantes, aos Parlamentares e demais presentes que esta Comissão promoverá um debate interativo nesta audiência pública por meio do portal e-Democracia. Os servidores desta Comissão estarão encarregados de moderar os internautas, cujas perguntas serão respondidas pelos nossos convidados ou Parlamentares durante os debates.

Convido com muito prazer e muita alegria, para fazer parte da nossa Mesa, a Senadora Vanessa Grazziotin, Presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas; a Sra. Karen Cope, Diretora de Licenciamento e Avaliação Ambiental da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente; o Sr. Gustavo Luedemann, Coordenador-Geral de Mudanças Globais de Clima do Ministério de Ciência e Tecnologia e Inovação; o Sr. Neilton Fidelis da Silva, Assessor do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas; e o Sr. Carlos Rittl, Coordenador do Programa de Mudanças Climáticas e Energia do WWF.

Pelo avançado do nosso tempo, nós vamos passar a palavra, pela ordem de inscrição, aos expositores.

Concedo a palavra à Sra. Karen Cope, Diretora de Licenciamento e Avaliação Ambiental da Secretaria de Mudanças Climáticas. S.Sa. dispõe de 15 minutos.

A SRA. KAREN COPE - Bom dia a todos e a todas. Queria, em nome do Secretário Carlos Klink, agradecer o convite para participar desta audiência. Para nós, é muito importante estar nesta Casa, que representa todos e todas e discutir um tema tão importante como mudança do clima.

Eu trouxe uma apresentação rápida. Acho que o que vai importar mais no dia de hoje é a conversa e o diálogo com vocês. Eu entendo que este é um público



qualificado que já tem conhecimento e informação sobre a legislação e o arcabouço institucional da política de mudança do clima.

Este é um eslaide de referência. Eu vou resgatar para vocês a nossa estrutura e o nosso arranjo institucional. A gente tem o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima e o seu Grupo Executivo. O Comitê Interministerial é coordenado pela Casa Civil e o Grupo Executivo, pelo Ministério do Meio Ambiente. Este é, digamos, o espaço de governança em que são tomadas todas as decisões sobre todas as iniciativas em mudanças do clima.

Hoje, a gente tem estruturas e arranjos próprios para cada um dos planos setoriais. A gente tem nove planos setoriais previstos em lei. A gente faz discussões sobre outros temas também, como adaptação, questões de *head* ou até questões vinculadas ao nosso Protocolo de Montreal, discussões sobre o ozônio, que tem seus arranjos e organizações próprias, mas que fazem parte da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

Sobre o aspecto específico da revisão, é determinado no decreto que a revisão do plano nacional deve sempre anteceder a elaboração dos Planos Plurianuais. Esse é o decreto de 2010. Do seu lançamento até a elaboração do Plano Plurianual 2012/2015, não houve tempo para fazer a revisão do Plano, porque o espaço entre essas duas determinações foi muito curto. Primeiro, a gente elaborou o PPA 2012/2015. Vocês também sabem que o tema mudança do clima não era um programa de governo, mas, a partir do PPA 2002/2015, virou um programa institucionalizado, e o processo de revisão começou na sequência da elaboração deste PPA.

Nesta primeira iniciativa, ele, de fato, não aconteceu na ordem prevista e nas próximas elaborações, ou seja, em 2014, a gente já vai corrigir este *timing*, para que fique conforme o que determina o decreto.

O grupo executivo começou o processo de revisão do plano no ano passado. Na verdade, a partir de agosto ou setembro do ano passado, começaram as discussões — foram feitas várias oficinas internas, avaliações e debates temáticos sobre o plano e, de forma geral, sobre a política. Agora, a gente já está numa fase de redação bastante avançada depois dessa discussão, e o cronograma que a gente tem é de fevereiro a maio. Neste mês, a gente deve fechar a primeira versão interna



em Governo. Essa versão vem sendo debatida em reuniões, no mínimo, mensais do grupo executivo e, ao longo do mês, em várias reuniões específicas com outros subgrupos. Na verdade, a gente tem-se encontrado até com mais frequência, eu diria, quinzenal.

A gente também tem dialogado com o Fórum Brasileiro, que acompanha todas essas reuniões, para que, a partir do insumo recebido dos diálogos setoriais, promovido pelo Fórum, a gente também incorpore todas essas sugestões e críticas ao processo de revisão agora. Na verdade, trata-se de uma atualização, não de uma revisão. Quando a gente for para a consulta pública no segundo semestre — este é o calendário: de julho a agosto —, a gente já tenha incorporado, a partir da iniciativa do Fórum, parte dessas sugestões e críticas da sociedade representada no Fórum.

Esse calendário está mantido, e a gente espera, de fato, a confirmação das datas do diálogo setorial, para que a gente possa receber esse insumo. Mas, na parte de trabalho de governo, está bastante avançado.

Portanto, no segundo semestre, essa consulta pública formal vai ser feita nos formatos eletrônico e presencial. Ainda não definimos como será operada a parte presencial — se talvez reuniões regionais ou algumas estaduais, nós temos que definir ainda —, mas a expectativa é de que até setembro nós consigamos consolidar todas essas contribuições, todo esse amplo diálogo, para que, em outubro, a versão final seja submetida ao Grupo Executivo e ao Comitê Interministerial. Assim, teríamos até o fim do ano o Plano Nacional atualizado.

Alguns acompanharam o processo de consulta pública dos planos setoriais no ano passado. A gente vai manter a consulta *on-line* via *site* do MMA — a gente teve um bom retorno dessa consulta —, mas a gente também vai, em conjunto com o Fórum, organizar a consulta presencial neste mesmo período. Elas serão concomitantes.

Eu queria agradecer. Como eu disse, menos que o conteúdo da política neste momento, eu acho a gente tem que definir e discutir o processo, qual vai ser a melhor forma de adequá-lo e receber todas as críticas e comentários.

Eu estou aqui para reportar ao MMA e para o Grupo Executivo do Comitê Interministerial sobre Mudanças do Clima as sugestões que os senhores e as senhoras fizeram hoje.



Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Obrigado. Karen — a gente vai depois abrir a palavra para a discussão —, solicito só um esclarecimento bem rapidamente. Esse material foi disponibilizado, ele é público ou ainda privado? Como é que está sendo tratado?

A SRA. KAREN COPE - O material público é o plano atual vigente. O documento interno de governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Não, eu estou me referindo à revisão.

A SRA. KAREN COPE - Este calendário, sim. Ele está divulgado no *site* do MMA, nas memórias de reuniões do Grupo Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Não, o calendário, mas a própria versão, o documento.

A SRA. KAREN COPE - O documento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - O documento.

A SRA. KAREN COPE - Ela ainda é interna do Grupo Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - É isso que eu estou querendo saber.

A SRA. KAREN COPE - Ela não é divulgada, ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Já existe uma versão.

A SRA. KAREN COPE - É. A gente está trabalhando nessa redação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Muito bem. Depois nós vamos voltar a discutir este assunto.

Com a palavra o segundo expositor, o Sr. Gustavo Luedemann, Coordenador-Geral de Mudanças Globais de Clima do Ministério de Ciência e Tecnologia e Inovação. S.Sa. possui até 15 minutos.

O SR. GUSTAVO LUEDEMANN - Bom dia a todos. Vou falar rapidamente sobre algumas atualizações. Na verdade, vou trazer a vocês algumas coisas que já precisam ser atualizadas, pensando na versão de 2008 do Plano.

(Segue-se exibição de imagens.)

Estava bastante incipiente ainda a Rede Clima no momento da divulgação da última versão. A Rede Clima continua sendo apoiada pelo Ministério de Ciência e



Tecnologia e Inovação. Na verdade, ela é iniciativa do Ministério. A finalidade dela é exatamente conduzir ou fomentar a pesquisa na área de mudança climática de maneira organizada. Ela não é exatamente um instituto que tem os seus próprios pesquisadores, e, sim, ela trabalha com diversas instituições, inclusive várias instituições representam as sub-redes da Rede Clima.

Aqui temos um mapa, certamente não dá para ler os nomes, mas serve para mostrar que várias instituições espalhadas pelo Brasil inteiro coordenam as sub-redes da Rede Clima. Então, os pesquisadores são apoiados com bolsa ou com algum recurso de investimento, para trabalhar nessa área, e isso é um trabalho coordenado. Existem reuniões entre os coordenadores das redes.

Hoje, nós temos 13 redes estabelecidas: agricultura, biodiversidade, ecossistemas, cidades, desastres naturais, desenvolvimento regional, economia, energias renováveis, modelagem, oceanos, recursos hídricos, saúde, serviços ambientais dos ecossistemas e zonas costeiras. Agora estão sendo formatadas mais duas novas sub-redes: ciência da comunicação e mudanças climáticas e mudanças no uso da terra.

O que a gente vem obtendo, na verdade, da Rede Clima são avanços no inventário nacional de gás de efeito estufa, o avanço nos trabalhos no modelo brasileiro de que eu vou falar em breve, e, como consequência, os cenários de mudanças climáticas no Brasil. Então, a gente tem inclusive o *downscaling* com esses dados regionais.

Enfim, a Rede Clima tem a função de gerar conhecimento, conhecimento novo que é gerado dentro da Rede Clima, e o foco em estudos de impactos, adaptação e vulnerabilidade para sistemas e setores relevantes: agricultura, subcultura, recursos hídricos, biodiversidade e ecossistemas, zonas costeiras, cidades, economia, energias renováveis, mudanças do uso do solo e saúde.

Essa geração de conhecimento depois passa por uma fase integradora. Dentro da própria Rede Clima, trabalha-se com base no modelo brasileiro. O modelo brasileiro, na verdade, está numa fase de acoplamento de modelo de química atmosférica, de oceano, de superfície.

Há pouco, em novembro do ano passado, foi lançado o modelo integrador do modelo de superfície. A novidade, em relação ao que constava no plano anterior, no



plano anterior se falava do grande investimento que estava sendo feito no Tupã, o supercomputador, e as novidades que precisam estar refletidas agora no plano é que nós, na verdade, já estamos gerando modelos que vão aparecer no próximo relatório do IPCC. O Brasil, pela primeira vez, está colaborando com os cenários nos relatórios do IPCC.

Outra fase integradora também acontece com o Painel Brasileiro, que, poderíamos dizer, é um *downscaling* do IPCC para o Brasil. Ele também é uma fase integradora em que o conhecimento é desenvolvido dentro da Rede Clima, mas não só, não limitado a esse conhecimento; é, mais uma vez, compilado.

O Painel Brasileiro também recebe apoio, ou seja, faz parte das atividades do MCTI apoiar o Painel.

Alguns outros fatos são absolutamente novos, que estão se iniciando agora e que, na verdade, entram como ações em andamento. É o Sistema do Monitoramento e Observação dos Impactos das Mudanças Climáticas, um programa no PPA 2012/2015, cujo objetivo é a geração e a disponibilização de informações sobre os impactos das mudanças climáticas nos sistemas ambientais e socioeconômicos, planejamento de políticas e instrumentos nacionais para o aumento da resiliência desses sistemas.

Aqui, portanto, a gente não está trabalhando com a geração de informação nova. Também não é exatamente uma compilação. No modelo, a gente coloca o que a gente consegue minimamente prever, em termos de causa e efeito, e a gente tenta jogar isso em cenários futuros. Mas mesmo os modelos precisam ser validados com observações empíricas.

A ideia desse sistema de monitoramento é exatamente a observação empírica de fenômenos que estejam ocorrendo por conta das mudanças climáticas, trazendo essas informações à tona, deixando-as disponíveis também para a validação de modelos e para a tomada de decisão por conta dos gestores, que somos nós.
(Pausa.)

Houve um problema técnico, mas vou tentar me lembrar do próximo eslaide, para continuar falando. Acabei de falar do sistema brasileiro.



Outro avanço é a existência de diversas melhorias feitas na Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.

O Inventário Nacional, por exemplo, vai melhorando cada vez que é elaborado. Vão sendo feitos os recálculos com base em informações mais atualizadas e, inclusive, com base nas informações dos anos anteriores. É uma série de dados que vem sendo desenvolvidos desde 1990. Do primeiro inventário para cá, ele vem sendo corrigido. Na verdade, de inventário em inventário, este trabalho vem se tornando cada vez mais complexo, como guardar todas essas versões. A gente publica em documentos oficiais no Brasil, na Comunicação Nacional, quais eram as nossas emissões em 1990, em 1994, e por aí vai. Agora, de repente, as emissões que a gente vai disponibilizar para esses mesmos anos, na verdade, não vão exatamente corresponder porque elas vão passar por correções.

A gente precisa, portanto, fazer uma base de dados capaz de guardar todas essas versões, com todas as correções, com as explicações sobre os fatores de emissão que foram recalculados. Tudo isso necessita de uma estrutura de TI bastante complexa. Tal estrutura está sendo desenvolvida como base de dados e plataforma de acesso a esses dados de inventário.

Esta é outra melhoria em andamento.

Sem os eslaides, não sei se esqueci alguma coisa.

Quero ainda anunciar que vai ser lançado, se tudo correr bem na Comissão Mista de Mudança Climática — não é, Senadora? —, um projeto com financiamento do Global Environment Fund — GEF, para trabalhar uma modelagem bastante complexa de cenários futuros de emissão, com base nos nossos possíveis esforços de mitigação em determinados setores da economia.

Trata-se, portanto, de um trabalho, Srs. Deputados, em que a gente tenta verificar se tal setor fizer esforço para alterar sua tecnologia para outra tecnologia, qual seria o ganho em termos de redução de emissão e quais seriam os impactos econômicos não só em termos de produto, de PIB, mas qual seria o impacto também em termos de geração ou perda de empregos, quais seriam, enfim, os diversos indicadores econômicos que seriam afetados por conta dessa estratégia que a gente utilizaria para mitigar emissões de gás de efeito estufa.



É um instrumento que a gente está construindo para a tomada de decisão, instrumento que deve durar 3 anos. Será lançado, se nada falhar, na nossa agenda, no dia 23, na Comissão Mista de Mudanças Climáticas.

Era o que eu tinha a apresentar.

Estou à disposição para as perguntas no momento adequado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Muito obrigado.

No final, nós faremos o questionamento.

Registro a presença do Presidente da Comissão, Deputado Penna. Deputado Sirkis também já estava aqui e, mais tarde, vai apresentar o relatório.

Como o Deputado Penna, nosso Presidente da Comissão, tem outros afazeres, deixou a Presidência e a coordenação dos trabalhos nas mãos do Vice-Presidente, que sou eu, autor do requerimento.

Dando sequência às nossas exposições, registramos essa presença ilustre e concedemos a palavra ao Sr. Neilton Fidelis da Silva, assessor do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. S.Exa. dispõe de até 15 minutos.

O SR. NEILTON FIDELIS DA SILVA - Bom dia a todos e a todas. Agradeço ao Vice-Presidente da Comissão o convite, que, na verdade, foi feito ao Prof. Luiz Pinguelli Rosa, Secretário-Executivo do Fórum, mas, devido aos afazeres como Diretor da COPPE, eu estou na difícil missão de representá-lo, pelo símbolo que o Prof. Pinguelli é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Ele já esteve numa audiência pública desta Comissão.

O SR. NEILTON FIDELIS DA SILVA - Ele viria, mas, na última hora, teve de mudar a agenda, e eu estou aqui.

Muita gente já conhece o que é o Fórum, mas, de forma muito sintética, eu queria colocar o que é o Fórum neste cenário. Para mim, é sempre difícil contextualizar o Fórum porque ele é um espaço criado por decreto presidencial, que tem a Presidência da República como Presidente. Mas, por outro lado, temos toda uma liberdade, ou seja, temos a Presidente da República como Presidente, mas não somos um quadro institucional da carreira do Estado. Então, isso nos dá uma flexibilidade maior para dialogar, de forma muito tranquila, com todos os outros setores da sociedade. Talvez tenha sido isso que possibilitou ao Fórum ter sido um



ator importante na consolidação da Política Nacional de Mudança do Clima e também do Plano.

Só para recordarmos, o Plano que hoje está em vigência nasce de uma demanda do Presidente da República ao Fórum no seguinte questionamento: Prof. Pinguelli, o senhor deveria mobilizar o Fórum para apresentar algumas propostas. Na época, falava-se no enfrentamento à mudança global do clima. No Fórum, nós fizemos uma série de reuniões e, como resultado, apresentamos à Presidência da República uma proposta para a elaboração do Plano Nacional de Mudança do Clima, que foi encampada pela Presidência da República. No ano seguinte, 2007, tivemos a primeira versão desse Plano.

Na construção da versão do Plano, o Fórum também teve participação importante, porque, através de diálogos setoriais, nós conseguimos fazer essa conexão, esse diálogo, com vários setores da sociedade. Ao todo, Srs. Deputados, foram em torno de 28 reuniões que levamos para essa proposição.

Neste processo atual, o Fórum vai reeditar este conceito, esta metodologia dos diálogos setoriais, na perspectiva de conversar com qualquer setor da sociedade que se ofereça, que se disponha a discutir. Não há restrição de setor, não há restrição de discussão.

Na verdade, o próprio funcionamento do Fórum tem levado alguns setores a obterem certo destaque na atuação. É o caso do Observatório do Clima, do FBOMS, da CNI, das centrais sindicais. Existem alguns atores que estão no nosso cotidiano de construção e com eles fica mais fácil promover a interlocução.

O processo que temos estruturado visa garantir ou viabilizar a participação da sociedade em toda a sua dimensão no processo de construção e de acompanhamento. Ficou entendido numa reunião feita pelo fórum, em março, que este processo deve contemplar os avanços no arcabouço do tema da mudança climática no Brasil, desde o lançamento da versão do Plano que está em vigência.

Outro objetivo é absorver, nesta nova versão, o impacto geopolítico dos objetivos que esse Plano venha a ter, porque se percebe que qualquer ação tomada na mudança do clima repercute muito amplamente em vários outros setores da sociedade, e vice-versa. A Lei sobre Mudança do Clima estabelece que todos os novos planos e outros processos regulatórios devem dialogar com o Plano sobre



Mudança Climática. É um desafio fazer a conexão entre as outras políticas públicas e o Plano. Nesta atualização do Plano, nós conseguimos captar isso e deixar mais transparente no texto.

Há que se verificar, de forma efetiva, as possibilidades de implementação das ações definidas no texto. Eu lembro que Fábio Feldmann sempre dizia que tínhamos que ter muito cuidado com a elaboração de proposições para que não se tornassem, uma frase bem típica dele, *“apenas manchas pretas num papel branco”*. A gente tem que ter proposições factíveis, e o Fórum está discutindo essa possibilidade.

As interfaces desse Plano com os instrumentos ou com as regulamentações ou com as ações de caráter regionais são um desafio. Acho que a Karen está no grupo de interlocução federativa com os outros entes estaduais, para que possa haver sinergia com as políticas estaduais e municipais.

Outro objetivo é caminhar para identificar, neste processo, os principais obstáculos a serem superados na elaboração e na execução do que vai definir o texto. Creio ser esse o grande pano de fundo para a condução dos diálogos.

Repetindo um pouco o que a Karen disse, o Comitê Interministerial sobre Mudanças do Clima é o espaço que tem o mandato para tomar as decisões finais do que foi proposto para o tema, sob a batuta, carregando o piano do GEx, e o Fórum, nesse processo, tem a atribuição de receber as percepções da sociedade e encaminhá-las ao GEx.

Este é o cronograma que a gente tem. O planejamento tem que ser muito flexível. A gente planeja, conversa com os atores e vê aonde se pode chegar. Inicialmente, a gente pensava em fazer esses diálogos nos meses de abril e maio. A realidade do cotidiano das entidades e as diversas ações necessárias estão impedindo que seja em abril e maio. Então, o que a gente colocou em verde, Karen, é a tentativa de expandir este processo de diálogo até o mês de junho. Eu vou explicar por que no próximo quadro.

Estamos no processo de discussão de alguns setores presentes no Fórum. O que nós temos hoje confirmado para executar esses diálogos, e com outra diferença do que estamos querendo para as outras entidades com as quais formos dialogar, é que não adianta a gente marcar uma reunião do Fórum para discutir o Plano se não houver, na base desse setor, uma discussão prévia disso.



Então, a gente está sempre fazendo os contatos e colocando que o grande documento que se tem hoje, o que a gente tem disponível, é a versão em vigência do Plano. Então, a gente está pedindo às entidades que se debrucem sobre o Plano e identifiquem nos sete objetivos do Plano aquele com o qual o setor mais se identifica, para que se tenha a possibilidade de gerar proposições a ele.

Em relação ao que está acontecendo com o setor dos trabalhadores, nós temos um contato mais direto com a Confederação Sindical das Américas, que realizou na semana passada sua primeira reunião de trabalho, na qual foi distribuído o documento.

No dia 20 teremos uma reunião de trabalho para maturar, para ler o texto e identificar o que eles querem mais especificamente para discussão, porque o texto é mais amplo. E no dia 28 teremos uma reunião mais ampliada com a CSA. Creio que conseguimos, via CSA, mobilizar todas as centrais sindicais. Assim, no dia 28 vamos fazer esse diálogo setorial num ato mais litúrgico, mais solene para receber essas contribuições, que serão levadas ao GEx.

Já fechamos com o Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico, que agrega diversas associações de geradores, de distribuidores, de atores do setor de transmissão, para o dia 10, no Rio de Janeiro. O FMASE está distribuindo o plano, levando a seus associados que o importante é fazer a leitura desse plano anterior, pois é o documento que nós temos. Karen falou de um documento que está sendo construído no GEx, mas está em processo. Não temos esse documento para discutir. Assim, o nosso documento é o plano, teoricamente aberto a toda proposição.

Vamos fazer também uma discussão com os CEBDS, com enfoque maior no setor financeiro — setor também muito presente no fórum — no dia 17, no Rio de Janeiro, com a ideia de ser um momento para finalizar um processo. Na verdade, essa reunião não deve ter início e fim no mesmo dia. Ela finaliza a primeira etapa de proposição.

Com a CNI a data foi mais difícil. Por que a CNI marcou o dia 28? Porque ela tem na sua estrutura grupos dedicados a essa discussão. Vai haver em São Paulo um grande encontro dos setores representados na CNI e, por isso, nada mais racional, inclusive por serem melhores local e recursos, que a reunião fosse feita no



dia 28. É a nossa data mais no limite para, em São Paulo, recebermos as proposições da CNI.

Há uma parceria muito forte entre o Observatório do Clima e o Fórum Brasileiro de Mudança Climática. O primeiro diálogo setorial com essas duas grandes redes seria aqui em Brasília, no dia 8. Mas, em decisão conjunta das duas redes, eles optaram por adiar o diálogo. Hoje, eles vão explicar exatamente — o Carlos Rittl deve falar nisso — o porquê do adiamento. Não me cabe...

Há outros setores com os quais estamos em processo de discussão, mas sem data fechada. Estamos tentando diálogo com o Painel Brasileiro, tentando aglutinar todo o pensamento científico nacional, assim como com a Rede Clima também. A silvicultura também é um parceiro histórico desde o plano inicial, com a ABRAF. Possivelmente, essa reunião será em Minas Gerais. Estamos tentando dialogar também com o setor de pesquisa e os setores de entidades que trabalham com a questão do uso do solo, juntamente com o IPAM.

Deixamos aqui o apelo para que qualquer setor nos procure. Tentamos fazer esse diálogo. Então, nós estamos abertos para qualquer... A reunião independe de tamanho, não há isso. Nós estamos abertos para discutir e escutar todas as entidades e todos os setores da sociedade que tenham disponibilidade para discutir. Uma grande dificuldade é que nós não temos recursos financeiros para bancar essas reuniões, o que dificulta um pouco para alguns setores. Reconhecemos isso, mas é a realidade que temos.

Finalizando, um pouco do que Karen falou. Passado esse processo, nós vamos juntar de forma sistematizada, sem fazer juízo de valor nenhum sobre as contribuições, só simplesmente juntando aquilo que tiver conexão, e entregar ao GEx. Depois, o GEx vai avaliar se incorpora ou não ao documento que está sendo redigido. Finalizado o documento, teremos uma segunda etapa de consultas, que vai seguir um ritual mais formal do Estado. Serão consultas públicas, presenciais, nas cinco regiões brasileiras. Nós entendemos que isso consegue levar a discussão para um espaço maior do que o eixo Rio-São Paulo-Brasília. Nós vamos fazer as consultas públicas, uma por região, entre agosto e setembro, como já falou Karen.



De forma geral, o apelo é este: que aquelas entidades com interesse de discutir o plano entrem em contato conosco, porque estamos abertos para levar essa discussão a todo o País.

Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Obrigado.

Vamos passar agora ao último expositor: Carlos Rittl, Coordenador do Programa de Mudanças Climáticas e Energia do WWF Brasil, por até 15 minutos.

O SR. CARLOS RITTL- Bom dia a todos.

Muito obrigado, Deputado, pelo convite para participar deste importante debate. Em nome do senhor e da Senadora Vanessa, cumprimento a todos na mesa, todos os presentes e aqueles que nos acompanham através da *TV Câmara* e de outros meios, como Internet.

É fundamental discutir esse processo. Gostaríamos aqui de estar discutindo, talvez, um pouco mais o processo, o conteúdo, o tema de mudanças climáticas, mas, como a Karen mencionou, é importante fazer reflexões sobre o processo. Aqui eu estou representando o Fórum Brasileiro de Organizações não Governamentais e Movimentos Sociais. A FBOMS e o Observatório do Clima são redes que representam mais de 700 organizações da sociedade civil. Então, essas organizações, essas redes estão muito preocupadas com o processo, da forma como ele se apresenta.

Gostaríamos muito que hoje aqui estivesse presente um representante da Casa Civil, porque, de fato, o Ministério da Casa Civil é o grande guardião das políticas de clima do País e é quem coordena o Comitê Interministerial sobre Mudanças do Clima. Mesmo não havendo um representante aqui, hoje pela manhã, as duas redes, a FBOMS e o Observatório do Clima, protocolaram junto à Casa Civil uma carta que expressa a nossa profunda preocupação com a falta de cumprimento de uma série de compromissos estabelecidos pela lei em termos do próprio processo de revisão do Plano Nacional de Mudanças do Clima. Nós gostaríamos de compartilhar com todos aqui presentes. É uma carta endereçada à Ministra Gleisi Hoffmann, que não tem sido muito vocal, infelizmente, sobre o tema, que é um tema bastante estratégico. Até a Presidenta Dilma, enquanto era Ministra da Casa Civil, falou muito mais sobre mudanças do clima do que a Ministra Gleisi Hoffmann.



O que era o Plano Nacional de Mudanças do Clima de 2008? Este era o objetivo geral: identificar, planejar e coordenar ações para mitigação e adaptação às mudanças climáticas no País. Aquele plano não fazia isso. Apesar de representar um passo bastante importante em um momento crítico para as discussões nacionais e internacionais sobre o clima, ele foi desenvolvido antes de termos um direcionamento estabelecido por uma política nacional sobre mudança do clima. De fato, ele não é um plano de ação estratégico, que nos leve a um processo de desenvolvimento baseado em baixas emissões ou reduções continuadas de emissão de gás de efeito estufa. Ele não é um grande plano de desenvolvimento do País e continua, já em 2008, muitas ações em andamento sem clara coordenação e poucas novidades. Ele não definia, à época, uma estrutura clara de governança, os papéis e responsabilidades sobre as ações a serem implementadas, nem como seriam financiadas determinadas ações.

O plano não tinha metas. Ele tinha alguns objetivos específicos. Apesar de específicas, se a gente olhar “fomentar”, “buscar”, “fortalecer” e “procurar”, de específico isso não tem nada. O que existia, talvez, de mais específico, dentre os objetivos do plano, era um prazo, uma meta para ser atingida em determinado prazo, que era eliminar a perda líquida de cobertura florestal no Brasil até 2015. Esse era o único objetivo que nós podemos considerar, realmente, específico.

O plano previa que seria implementado, através do CIM ou do GEx um processo de monitoramento e avaliação do mesmo, que deveria ser coordenado pelo Ministério de Meio Ambiente. Então, vou me ater muito aqui na apresentação a elementos que estão na legislação, porque é em cima daquilo que o Governo deveria fazer e não fez que nós hoje cobramos compromissos.

É por essa razão, Neilton, que nós não nos consideramos — não só a sociedade civil, as organizações não governamentais e os movimentos sociais — capazes de fazer uma reflexão com conteúdo sobre o processo de revisão. Nós não temos elementos mínimos para que esse processo seja conduzido como ele está. É preciso reformar o processo, fortalecer, cumprir compromissos anteriores para que esse processo seja viável.

Legislação, decreto. Alguns elementos da legislação em vigor, principalmente o Decreto nº 7.390, que regulamenta a política nacional sobre mudança do clima.



Teríamos essa série de planos setoriais, que deveriam ser integrados ao Plano Nacional. Nós esperávamos aqui hoje estar discutindo o Plano Nacional já com essa integração feita.

Há objetivos do plano de 2008 que tratam de temas comuns aos objetivos dos planos setoriais, que foram discutidos ao longo desses últimos anos, e não existe nenhum exercício de harmonização. Isso não deveria ser feito como recomendação da sociedade, deveria vir do Governo já esse exercício, um resultado, um esboço desse exercício inicial, para que a gente pudesse avançar no processo de revisão.

As revisões, como a Karen mencionou, deveriam ser realizadas previamente à definição dos planos plurianuais. Isso não aconteceu, mas não nos impede agora, mesmo que o próximo plano plurianual seja discutido em 2 anos, de fazer uma grande reflexão, para tornar o plano estratégico. A gente não tem apenas que cumprir a lei. Mudanças climáticas é um tema estratégico para o País, apresenta riscos para o País. Somos muito vulneráveis. Não preciso relatar a série de eventos climáticos extremos que têm demonstrado como somos vulneráveis às mudanças climáticas.

Há inúmeras oportunidades que nós estamos perdendo. Estamos vendo os grandes países em desenvolvimento investindo muito mais em tecnologia limpa do que o Brasil, muito mais em tecnologia de baixo carbono do que o Brasil, e a gente está perdendo oportunidades, tentando nos prevenir, talvez, de compromissos maiores. Poderíamos fazer muito mais.

A regulamentação do plano previa que os cinco planos setoriais ou os três planos setoriais mais os planos de combate ao desmatamento na Amazônia e no cerrado contribuiriam para atingir as metas de 2020. Havia prazos no plano. O primeiro era 15 de dezembro de 2011, para conclusão de todos os planos setoriais. O segundo prazo era 16 de abril de 2012.

Além disso, havia o compromisso de Governo, também no mesmo decreto, no seu art. 11, de publicação de estimativas anuais de emissões de gás de efeito estufa, o que deveria nortear uma reflexão sobre o plano.

Além do que estabelece a legislação em vigor, o que o Governo disse que faria ao longo dos anos? Vejamos uma apresentação do então Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente de



2011, que falava sobre reflexões do que poderia e deveria ser a revisão do Plano Nacional de Mudanças Climáticas. O plano deveria ser capaz de realizar uma amarração entre planos setoriais. Quanto ao uso da terra, por exemplo, a gente tem, pelo menos, cinco planos lidando com o uso da terra e pouquíssima conexão entre eles. Não é só combate ao desmatamento na Amazônia e no cerrado, o plano de agricultura lida com isso; o plano de energia lida com isso; o plano de siderurgia lida com isso; mesmo o plano da indústria, que tem um componente de papéis e celuloses, também lida com isso. Como isso se harmoniza? Como a gente cria a sinergia, a coordenação? Isso não existe, mas o Secretário do Ministério do Meio Ambiente estava refletindo, e isso deveria surgir como resultado desse processo, deveria identificar as lacunas, as sobreposições, viabilizar os processos de monitoramento e apontar caminhos para processos futuros. É um olhar de longo prazo. A gente está olhando para 2020. Nossas metas de agora e os processos internacionais deveriam nos levar a refletir sobre o que vem depois, pensar em 2050.

Além disso, deveriam ser indicadas as ações que deveriam integrar o plano nacional com outros planos de Governo. Isso é fundamental. Como eu mencionei, o Plano Nacional de Mudanças Climáticas não é o principal plano de desenvolvimento do País, mas é um plano de desenvolvimento. Deveria estar harmonizado com todos os grandes planos de desenvolvimento do País, entre eles o PAC, nossos planos de expansão de infraestrutura, expansão da geração de energia. Seria fundamental que isso acontecesse. Isso é o que também a sociedade civil, o FBOMS e o Observatório do Clima esperavam desse processo.

Além disso, dever-se-ia promover essa visão de longo prazo e estabelecer um cronograma. Dentro desse cronograma, eu chamo a atenção para outro elemento que é fundamental para uma revisão do plano, que é a avaliação do plano. O que aconteceu de 2008 para cá? Passaram-se 5 anos. Em 5 anos, a gente consegue ter um balanço de como evoluímos a partir daquilo que nos comprometemos a fazer. Nós tínhamos algumas metas claras, alguns objetivos mais específicos, outros menos, mas muita coisa aconteceu no País. O próprio Governo realizou muita coisa. Vocês apresentaram elementos superimportantes: essa discussão de adaptação que vai começar a ser realizada, esse projeto financiado pelo GEF, que deve



orientar, talvez, a discussão da próxima versão de um plano nacional, que é de extrema importância.

A gente precisa avaliar o que aconteceu em todos os setores do País. Alguns dos objetivos tratam de melhoria da eficiência em todos os setores da economia do Brasil. O que aconteceu desde então? A gente tem que fazer essa avaliação, tem que refletir sobre isso. E isso é fundamental para que a gente pense na próxima versão do plano nacional.

Sem isso não temos como discutir a versão de um novo plano. Ao invés de se tornar um plano estratégico talvez se torne em mais uma nova lista de ações, boas e importantes ações, mas que não transformam esse plano num plano estratégico.

Além disso, a Ministra do Meio Ambiente, na reunião do Fórum Brasileiro de Mudança Climática, com a presença da Presidenta Dilma, em 4 de abril de 2012, disse que até o final do passado seriam disponibilizados todos os planos setoriais para a sociedade brasileira; planos setoriais que haviam sido discutidos entre o final de 2011 e 2012. Além desses, faltava o plano de siderurgia, que vem sendo discutido desde 2010 e até hoje ninguém viu a sua versão final.

Então, planos de siderurgia, indústria, transportes, saúde e mineração não foram disponibilizados. Como nós podemos discutir a revisão de um plano nacional de mudança climática que, de acordo com a lei, deveria incorporar os planos setoriais se a gente não tem acesso a esses planos setoriais? É um elemento básico para ocupar o processo de revisão.

Trago aqui, por último, sobre aquilo que o Governo disse que faria, em reunião recente do GEx com o representante do Ministério das Relações Exteriores. De fato, a gente não pode sugerir que a presente atualização seja uma etapa meramente provisória de revisão. A atualização representa uma revisão completa e profunda. Não é só a sociedade brasileira, a sociedade civil, o FBOMS e o Observatório do Clima que têm essa expectativa. No Governo também, muitas pessoas esperam desse processo muito mais do que ele pode entregar, como está organizado hoje.

O que o Governo se propôs a fazer no processo de revisão, nesse processo que está sendo apresentado agora? Apesar de os representantes do Ministério do Meio Ambiente, a Karen e o Gustavo, terem demonstrado profundo



comprometimento com ações que sustentam as políticas de clima, de fato o processo foi reduzido com essa grande expectativa de uma boa revisão do plano para um processo de atualização; atualização tendo em vista uma versão mais concisa, de caráter mais operacional e que contemple ao máximo proposições oriundas de diálogos setoriais. É o que todo mundo quer. Mas onde fica o conteúdo básico para que se faça isso, as condições básicas para, através dos diálogos setoriais, trazer contribuições importantes para esse processo? Nós não temos.

Foram definidos, ou sugeridos, sete diálogos setoriais, com essa liberdade mencionada pelo Neilton, para que outros setores possam discutir. Em tese, o prazo iria até 13 de maio. O Neilton está dizendo que pode ser estendido, e espera-se que seja estendido até junho. Mas a questão não é prazo. Não nos falta tempo; falta, sim, base, informação e conteúdo.

O que o Governo não fez até agora? Não apresentou a versão do plano integrando-o com os planos setoriais, harmonizando esses planos. Não basta colocar o plano de 2008 com uma série de anexos. A gente tem que harmonizar os objetivos do Plano Nacional com os objetivos dos planos setoriais. É preciso harmonizar algumas coisas. Como eu mencionei, o uso da terra é tratado em diferentes planos. É preciso harmonizar, coordenar, criar sinergia, para que não haja desperdício de recursos nem determinados processos caminhando numa direção e outros em outra. Se falarmos sobre o tema de energia e outros, vamos chegar à mesma conclusão.

Nós não temos, novamente, cinco planos setoriais à nossa disposição para qualquer reflexão. O processo de consulta pública desses planos setoriais — indústria, transportes, mineração e saúde — foi concluído em agosto do ano passado. Até hoje a sociedade brasileira não teve acesso ao resultado desse processo. E nós sabemos que isso vem sendo discutido. Já foi objeto de análise pelo SIN, mas não sabemos como o processo de revisão do plano começa sem que a gente sequer tenha acesso a esses planos.

Em 4 de abril deste ano, o Observatório do Clima encaminhou uma carta à Ministra Gleisi Hoffmann cobrando isso, mas ainda não tivemos resposta — faz mais de 1 mês —, nem acesso à versão final dos planos, nem resposta a essa carta.



Não houve a publicação do relatório de avaliação do plano nacional, o que é fundamental: o que a gente fez de bom; o que não deu certo. Isto é crítico. Não existe uma metodologia muito clara. Há muita liberdade para os setores dialogarem, avaliarem, lerem o plano de 2008 e dizerem o que eles acham, suas visões, ou fazerem recomendações para esse plano de 2008. A gente precisa de muito mais objetividade.

Além de tudo isso, não houve sequer oferta de um suporte mínimo, por exemplo, para o diálogo com a sociedade civil. O Governo disponibilizar uma sala em Brasília ou em qualquer outra cidade, um espaço que possa congrega...

Eu mencionei que só essas duas redes representam 700 organizações da sociedade civil. Se um terço dessas organizações participar do processo, não vai caber nessa sala, não vai caber na sala do escritório de qualquer uma dessas organizações. Essa estrutura mínima é também importante.

Quais são as nossas expectativas para que o Governo repense esse processo de revisão e o torne, de fato, um processo estratégico? Precisa definir um novo processo. Esse que está aí não servirá aos interesses do País. Tem que ser adequado e consistente para revisão, e não uma mera atualização do plano. Tem que estabelecer essa metodologia clara, com orientações e diálogos setoriais. Precisamos disponibilizar aqueles elementos que não temos: o relatório de avaliação do plano; os planos setoriais que não foram apresentados; a integração dos planos ao plano nacional com harmonização.

Todos os planos setoriais devem ter o conteúdo mínimo definido em lei, lembrando que a legislação em vigor define elementos básicos que deveriam estar na estrutura de cada um dos planos. Vários planos setoriais não têm indicações, não têm metas, não têm metas progressivas. A legislação define, se não me engano, que a cada 3 anos se deve ter metas intermediárias, objetivos intermediários de redução de emissões. Muitos dos planos não apresentam isso. Então, é fundamental harmonizar, trazer tudo para o mesmo patamar, para o mesmo nível. Há alguns planos muito bem estruturados e outros precariamente estruturados. Há outras políticas que foram apenas batizadas de planos de mitigação. Há muito pouco de adaptação. Sabemos que esse esforço é importante, mas os planos setoriais seriam, em tese, planos setoriais de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.



Você mencionou, Karen, a Estratégia Nacional de REDD. É fundamental trazer a perspectiva do que esse processo pretende entregar para a lógica do plano nacional também, porque ele dialoga com outros planos e agrega muito valor a isso.

Precisamos das estimativas anuais de gases de efeito estufa. Essas estimativas estão prontas por parte do Governo. O MCT trabalhou bastante para que tivéssemos essas estimativas, e o que nos parece é que existe hoje algum entrave político para que esses números sejam disponibilizados, cuja natureza nós desconhecemos, mas isso é fundamental. E precisamos de condições mínimas para que esse debate aconteça.

Não temos tempo a perder. Estamos chegando a 400 partes por milhão de CO₂ na atmosfera. A última vez em que isso aconteceu neste planeta foi num período aproximadamente entre 3,3 a 3,5 milhões de anos atrás. A espécie *homo sapiens* não existia nessa época. Estamos caminhando muito próximos do limite. Para ultrapassar o aquecimento global acima do nível de 2 graus, considerado seguro em certa medida pelos cientistas, senão agirmos rápido, olhando estrategicamente para a questão de mudanças climáticas, vamos perder o bonde da história e o País vai pagar muito caro pelas consequências daquilo que vamos sofrer e pelas oportunidades que vamos perder.

A sociedade civil espera que o Governo, que a Casa Civil seja capaz — por isso a carta à Ministra Gleisi — de melhorar muito esse processo, de oferecer condições aos diferentes Ministérios para fazer muito mais e de maneira muito mais coordenada aquilo que eles estão fazendo hoje. Isso é fundamental. Tem que trazer a discussão de mudanças climáticas para o centro do processo de tomada de decisão deste País. Temos trilhões de investimentos em infraestrutura, energia, agricultura e indústria, e muito pouco disso é vinculado a padrões de sustentabilidade e de produção baseada em baixas emissões de carbono. São muitos investimentos, trilhões de reais serão investidos nos próximos 10 a 15 anos no País. Nenhum centavo disso ou muito pouco desses recursos é vinculado a esses padrões. É fundamental trazer isso para o centro de tomada de decisões.

Parece-nos hoje que a discussão sobre políticas de clima, apesar de todo o esforço de muitos Ministérios e de muitos atores, ainda é marginal no centro de



tomada de decisão. Por isso, talvez a Ministra Gleisi fale menos sobre o tema do que a sociedade brasileira espera.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sarney Filho) - Obrigado, Carlos Rittl.

Agora eu passo a Presidência dos trabalhos à Senadora Vanessa, que é Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, para que S.Exa. conduza o restante dos nossos trabalhos.

A SR. PRESIDENTA (Senadora Vanessa Grazziotin) - Faremos a condução conjuntamente. Aliás, temos procurado fazer um grande esforço no sentido de reunir todas as Comissões, tanto do Senado quanto da Câmara, nos debates relativos ao meio ambiente.

Temos a Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, a Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal e a Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional. Além disso, temos a Frente Parlamentar Ambientalista, presidida pelo Deputado Sarney Filho.

A vantagem é que todos os membros da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, no geral, participam também das Comissões de Meio Ambiente de cada Casa. Então, essa integração para que a gente não disperse esforços é muito importante, porque o objetivo de todas essas frentes é exatamente o mesmo. Então, muito do que foi dito aqui já está previsto para as nossas próximas reuniões.

Vamos ter o lançamento, por parte do Ministério de Ciência e Tecnologia, do plano de estudo que farão. Na semana que vem haverá o importante debate sobre o REDD na Comissão. Enfim, quero dizer desse nosso esforço.

Estou na condução dos trabalhos neste ano. O Vice-Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas é o Deputado Fernando Ferro, que aqui está, e o Relator é o Deputado Sarney Filho.

Para apresentar o relatório de uma viagem que fez a Bonn, em relação a um painel sobre mudanças climáticas, vou dar a palavra ao Deputado Alfredo Sirkis. Antes, porém, gostaria de fazer algumas observações, Dr. Carlos.

Primeiro quero dizer que tenho a convicção de que não falo apenas por mim, mas por todos os membros da Comissão. Temos exatamente a mesma opinião de



V.Sa. Não é do nosso conhecimento sequer o texto básico, o novo texto para a revisão do Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas.

Dra. Karen, precisamos ter acesso imediatamente a isso. Não podemos esperar chegar o segundo semestre para termos acesso a esse texto, porque debatemos semanalmente a matéria aqui. Acreditamos que, em diálogo com a sociedade, com as entidades não governamentais e com os próprios Parlamentares, podemos contribuir também com esse processo.

Formalizaremos, em nome da Comissão — o Deputado Sarney Filho me dizia isso —, a solicitação de acesso ao novo texto básico que está sendo debatido no âmbito do Ministério do Meio Ambiente.

Da mesma forma, os planos setoriais, nós consideramos de extrema relevância e importância. Eu gostaria, diante da intervenção do Dr. Carlos, que a senhora, posteriormente, com algumas intervenções que faremos — duas ou três intervenções antes de devolver a palavra à Mesa —, falasse sobre a intervenção do Dr. Carlos, principalmente em relação aos planos setoriais.

Antes de passar a palavra ao Deputado Alfredo Sirkis, devolvo a palavra ao Relator, Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Sra. Presidenta, gostaria de pedir ao Deputado Alfredo Sirkis que, em nome da Comissão de Meio Ambiente, assumira a Presidência também, conjunta, visto que fui chamado à Presidência do Senado para uma reunião com o Presidente Renan Calheiros, inclusive, para a minha surpresa — agradável surpresa —, o assunto é pagamento por serviços ambientais.

Então, vou até lá porque estou curioso para saber desse assunto, que acho muito importante.

Deputado Alfredo Sirkis, assumira a Presidência.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Vanessa Grazziotin) - Assume S.Exa. os trabalhos, e já vou passar ao Deputado.

O Deputado Fernando Ferro está inscrito. Depois do Deputado Alfredo Sirkis, falará o Deputado.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Bom dia a todos.

Estive na semana passada em Bonn, na reunião do que se chama, no jargão da ONU, ADP, que é o grupo *ad hoc* que está começando a discutir o que será o



novo acordo do clima previsto para 2015, que será assinado em 2015, para ter vigência a partir, teoricamente, de 2020. Mas a gente vai ver que na prática seria a partir de 2021. Então, no horizonte do sistema das Nações Unidas, que trata da questão do clima, esse é o grande marco que está sendo esperado.

Houve marcos anteriores. Todo mundo se lembra aqui da Conferência de Copenhague, que era um grande marco, uma enorme expectativa, acabou produzindo resultados decepcionantes. Agora, as expectativas se voltam para 2015, em que, teoricamente, vai haver novo acordo internacional sobre o clima, que, pela primeira vez, terá efeito legal vinculante para o conjunto dos signatários.

Na verdade, em Bonn, na semana passada, houve reunião dos representantes dos 193 países que compõem a UNFCCC — Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudança do Clima, assinada na Rio 92, para se fazer uma espécie de *brainstorm*, uma deliberação. Portanto, supostamente haveria mais liberdade para se explorar o que, no jargão da ONU, se define como mais ambição nos planos de mitigação, a discussão sobre financiamento, sobre a questão de uma equanimidade em relação a obrigações internacionais e coisas desse tipo.

Bem, eu não vou me centrar em detalhes, vou começar com uma avaliação geral. A reunião foi basicamente no mesmo padrão do que são as COP. Basicamente representantes de governo lendo textos preparados pelas suas — quase todos. O nosso, não, mas a grande maioria — respectivas assessorias, e marcando a posição dos seus governos. E, nos bastidores, algumas discussões interessantes acontecendo.

Em minha opinião, o que eu vejo? Em primeiro lugar, acho extremamente difícil que até 2015 de fato se chegue, pela via das Nações Unidas, a um acordo do clima que seja capaz de manter a concentração de gás de efeito estufa na atmosfera em 450 ppms e, portanto, com uma chance de, mais ou menos, 50% de se manter o aquecimento abaixo de 2 graus, na média, durante esse século. É extremamente difícil, porque o sistema ONU demanda o consenso de 193 países. Se nós sabemos que o consenso de cinco já é difícil, imaginem de 193.

Então, o sistema ONU tem que ser visto como um mínimo denominador comum. No que se conseguir avançar ali, muito bem, porque é um avanço, de fato, consensuado por 193 países. Agora, ter a expectativa de que a questão será



resolvida através do sistema das Nações Unidas me parece uma vã ilusão. Ele é extremamente importante. O que eu estou dizendo aqui não é para negar esse processo, mas apenas para dizer que ele é completamente insuficiente. Em cima dele tem que se criar uma série de outras instâncias de negociação e de concertação internacional para que de fato se crie um contexto, um ciclo virtuoso capaz de levar a esses objetivos.

Então, é necessário discutir a questão climática no G20. É necessário discutir a questão climática no Conselho de Segurança das Nações Unidas, porque não haverá causa maior de guerras no futuro do que o colapso da agricultura e a escassez de águas criada pelo aquecimento global. As guerras do futuro vão ser em função disso. Então, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, preventivamente, tem de se debruçar sobre o problema. Tem de haver uma discussão da questão na Organização Mundial de Comércio — esperamos agora, com a Presidência de um brasileiro, que isso será possível. E tem que haver uma série de outras concertações no sentido internacional e muito particularmente em relação à questão da finança internacional.

Nós fizemos, no ano passado, uma atividade paralela à Rio+20, que foi o Rio Clima — em inglês, Rio Climate Challenge, no Rio de Janeiro, que fez cinco grandes recomendações para a Conferência Rio+20. Foi uma conferência que falava de economia verde e de governança internacional, mas acho que essas cinco recomendações têm tudo a ver com o clima e se aplicam tanto ao contexto internacional quanto ao contexto nacional.

Quais eram essas Cinco questões? Em primeiro lugar, a questão do fim do subsídio aos combustíveis fósseis e da taxaço do carbono. Isso é uma questão fundamental. É tão fundamental que até o Fundo Monetário Internacional já reconhece isso como sendo fundamental. Evidentemente que ao fim do subsídio corresponde uma série de medidas compensatórias para que eventuais efeitos inflacionários não prejudiquem as camadas mais pobres da população. E aqui, no Brasil, nós temos ampla experiência em relação a essas políticas compensatórias. Mas é absolutamente fundamental, o próprio relatório do Fundo Monetário Internacional reconhece que os grandes beneficiários dos subsídios são as camadas mais abastadas das populações.



A segunda questão é uma metodologia de cálculo do PIB que leve em conta questões de sustentabilidade. Não é possível que desmatamentos, acidentes de trânsito e coisas desse tipo, atividades destrutivas contabilizem positivamente na hora de os Governos mostrarem os seus avanços, quase sempre baseados no crescimento do PIB.

O terceiro ponto é a questão da necessidade de um grande investimento público dos Governos e dos órgãos multilaterais em pesquisa de tecnologias limpas, sobretudo do campo energético, e em recuperação do meio ambiente.

Sobre a questão da atribuição de valor econômico a serviços prestados por ecossistemas, que é o tema que levou o Deputado Sarney Filho a sair lá, no Senado, esperamos que saia alguma coisa dali.

E last, but not least, a ideia de uma nova ordem financeira internacional baseada na ideia de uma finança do baixo carbono, uma espécie de Bretton Woods do clima, Bretton Woods do baixo carbono.

Então, esses cinco pontos se aplicam em nível internacional, mas se aplicam também internamente.

A primeira observação que eu gostaria de fazer a respeito desse debate é que aqui está patente qual é o nosso ponto fundamental de fragilidade. Aqui estão os suspeitos de sempre, aqui está aquela minoria da minoria de dentro do Governo que tem interesse na questão climática: o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Ciência e Tecnologia, a sociedade civil organizada, e ponto final.

Uma das coisas que, certamente, vai aparecer — quando o Governo puder divulgar a avaliação mais recente das emissões de gás de efeito estufa do Brasil — é que as emissões de natureza não florestal já ultrapassaram ou estão em vias de ultrapassar aquelas emissões de natureza florestal. Então, na verdade, a bala de prata — nós éramos, praticamente, um dos poucos países que tinham uma bala de prata para atirar na questão de mitigação — que nós tínhamos, nós disparamos; ela acertou no meio do alvo. Mas daqui para frente, cada vez mais, a questão do Brasil vai ser muito parecida com a de outros países do nosso porte. A nossa dificuldade vai ser maior para reduzirmos as nossas emissões.

Uma das coisas mais assustadoras — muito assustadora! — que percebemos quando vamos a um fórum internacional, como esse que eu fui, é perceber que,



apesar de todas as dificuldades, de todas as mazelas, e toda a nossa insatisfação, absolutamente bem fundamentada em relação à nossa situação, o Brasil ainda é, de todos aqueles países presentes, dos 193 países, de certa forma, o que mais realizou. Isso é assustador, porque, pelo menos aqui, na Mesa, há o consenso de que nós realizamos insuficientemente. Temos uma enormidade a fazer, se queremos, de fato, lidar com seriedade com o problema. Agora, imaginem que os outros todos, tanto os países desenvolvidos quanto os em desenvolvimento, tanto os do Anexo I do Protocolo de Kyoto quando os que não estão, estão, de alguma forma, atrasados em relação a nós. Isso não deve ser, absolutamente, uma razão de autocomplacência — nós acharmos que não temos...—, pelo contrário, deve ser uma razão para que nós assumamos a imensa responsabilidade que o Brasil tem, e que está em proporção direta com a imensa influência que o Brasil tem. O Brasil, no Fórum de Clima, tem o peso político de um país que lidera o grupo G-77 mais China; por outro lado, tem, de todos os países do grupo G-77, a melhor condição de diálogo, tanto com a União Europeia quanto com os Estados Unidos. Quer dizer, o Brasil tem papel absolutamente estratégico.

Então, nós, se acreditamos que se possa ainda fazer alguma coisa em relação à questão de prevenir efeitos catastróficos das mudanças climáticas... Porque as mudanças climáticas estão aí, são irreversíveis, a questão agora é saber se elas serão catastróficas ou apenas graves. Então, nós tivemos, esta semana — já foi aqui observado —, a notícia de que alguns dos medidores, que estão, ali, medindo a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera, já assinalam a ultrapassagem da marca de 400 ppm. Então, isso é extremamente grave. Há 4 anos, 5 anos, eu não me lembro bem, eram 389. Então, é uma aceleração muito grande.

O Brasil, realmente, tem papel absolutamente fundamental tanto na articulação externa quanto o que, exemplarmente, nós conseguimos fazer internamente. E o que acontece? Aqui faltam os atores decisivos do processo, porque o Ministério do Meio Ambiente é importante na questão, digamos, no combate ao desmatamento. Ele, de alguma forma cumpriu a sua missão, nos últimos 10 anos. Conseguiu, através de fiscalização e de monitoramento eficazes, contribuir de forma decisiva para que o desmatamento caísse significativamente. Mas, daqui para frente, vai ser cada vez mais difícil nós obtermos resultados



importantes de mitigação de gases de efeito estufa simplesmente reduzindo o desmatamento. Até podemos continuar reduzindo, mas não vamos mais reduzi-lo na mesma proporção que ele vinha sendo reduzido, antes.

Então, quais são as outras questões? Evidentemente, há questões ligadas ao uso da terra, à agricultura, que são importantes, em que há uma emissão muito significativa de gases de efeito estufa, e há a questão energética, que se dá no nosso País, sobretudo em nível da queima de combustível no setor de transportes, e, de alguma forma, embora a nossa matriz seja hidrelétrica, etc., há alguns indícios preocupantes de que estamos começando a sujar a nossa matriz energética.

Então, em qualquer discussão que possibilite um avanço, daqui para a frente, têm que estar aqui, naturalmente, a Casa Civil, como foi mencionado, porque ela tem a função de coordenar o Governo como um todo — o Ministro-Chefe da Casa Civil no Brasil tem um *status* mais ou menos de Primeiro-Ministro semiclandestino, mas é, tem uma função diferenciada em relação aos outros —, e o Ministério da Agricultura, o Ministério das Minas e Energia, o Ministério da Indústria e Comércio, o Ministério da Fazenda, o BNDES. Tudo isso tem peso muito maior numa política em relação ao clima do que aqueles Ministérios cuja função, basicamente, é fiscalizar e monitorar — estão aqui e fazem o seu trabalho muito bem. Mas o termômetro é muito bom, a questão é saber o que vai acontecer com o doente.

Então, eu acho que, infelizmente, temos que constatar que uma série de políticas que têm sido adotadas ultimamente vão exatamente na contramão dessa nossa preocupação. A política em relação à indústria automobilística, tanto o subsídio à aquisição de carros antigos, quanto financiamentos, quanto uma série de favores de natureza fiscal, sem pedir nenhum tipo de contrapartida tecnológica por parte da indústria automobilística no sentido de reduzir as suas emissões, parece-me que é um problema. Precisa ser enfrentado. A questão superfalada, já, do abandono do PROÁLCOOL, do abandono disso que o Brasil, de fato, tinha de extremamente promissor, isso aí também é uma questão extremamente preocupante.

Por outro lado, vemos aí usinas a carvão sendo encomendadas. O problema da usina a carvão é no que ela vai emitir no ano que vem, que, comparativamente, vai ser muito pouco, a entender que, se uma nova usina a carvão for colocada em



funcionamento, para rentabilizar a volta daqueles navios que exportam minério de ferro, resolve importar carvão para poder rentabilizar a volta desses navios, essa usina vai estar 30 anos, 40 anos, 50 anos sujando a nossa matriz energética.

É tamanha alienação de certos segmentos do Governo — e me refiro especificamente ao Ministério das Minas e Energia. Vou só contar uma história para vocês, tentando contá-la resumidamente.

Eu fiz uma emenda parlamentar, em 2011, dedicada ao SENAI, para formar eletricitistas prediais na instalação de placas fotovoltaicas, energia distribuída em fachadas de prédios, telhados e prédios, no Estado do Rio de Janeiro, meu Estado. Essa emenda foi feita através do Ministério das Minas e Energia. Inicialmente, a conversa com os técnicos foi muito boa, muito promissora, todos elogiaram muito a iniciativa, acharam ótimo. Depois, tivemos uma fase de quase 9 meses em que eles pediam todo grau de detalhamento desse projeto relativamente simples. A ponto de o SENAI ter que botar duas pessoas — eu tive que botar uma pessoa da minha assessoria —, *full time*, todos os dias, para fornecer todas aquelas informações que eram pedidas, e, no final, a 2 dias do prazo fatal em relação ao empenho das emendas, vem um parecer contrário do Ministério das Minas e Energia dizendo que energia solar não era uma prioridade do Governo Federal, além do que, o custo das apostilas do SENAI era muito caro, não compatível com os preços praticados por esse bastião da austeridade, que é o Ministério das Minas e Energia.

Depois, as pessoas que faziam contato com a gente simplesmente “tomaram Doril”, desapareceram, sumiram, e 2 semanas depois, já vencido o prazo, já perdida a emenda parlamentar — eu não sei exatamente se ela não foi usada para alguma outra coisa, pode ter acontecido —, mas, enfim, perdido o prazo, o Secretário de Subdesenvolvimento Energético, Sr. Altino Ventura Filho, recebeu-me no Ministério, com alguns técnicos, para me dizer basicamente que não era prioridade do Governo Federal, que esse negócio de energia solar era muito caro e tudo.

Até formar a mão de obra, eu não tenho nada contra, mas o preço das apostilas do SENAI era completamente absurdo! A gente viu claramente que ali estava comparando tiragens de centenas de milhares de exemplares, com preço de uma licitação qualquer do Ministério, mas com tiragem muito mais reduzida e que



ainda continha uma série de itens que estavam contemplados. Isso foi um mero pretexto.

E, no meio dessa conversa, fez-me uma confidência, em nível de profundo orgulho, de que ele tinha sido procurado por um investidor, se não me engano, chinês, que queria fazer uma montadora de painéis solares no Nordeste do Brasil, e perguntou para ele qual era o mercado que ele antevia para isso no Brasil, e ele, orgulhosamente, enxotou o investidor dizendo: *“Zero! Mercado zero para energia solar no Brasil.”*

Bom, então, diante de uma cultura de Governo dessas — isso é reminiscência de uma cultura da época da ditadura militar, esse tipo de cabeça que está lá até hoje —, diante desse tipo de coisa é evidente que, neste momento, a grande questão é tentar que o conjunto do Governo se afine numa orquestra, porque o discurso da Presidente da República é um discurso de preocupação com a questão climática; o discurso que o Governo faz no fórum internacional é o mais avançado possível.

Podemos até estar orgulhosos com os nossos diplomatas, com todo o trabalho que está sendo feito, sempre com a participação dos demais Ministérios nesses fóruns internacionais. No entanto, existe alguma coisa aqui, conforme o Carlos muito bem assinalou, de que há um problema entre intenção e gesto.

Então, eu acho absolutamente fundamental, primeiro, a transparência. Aqui já se mencionou a existência de uma série de documentos, mas que nós não conhecemos — nós, sociedade civil; e nós, Parlamentares, também não. Então, é preciso saber exatamente. Não temos ainda um inventário, mas a estimativa de emissão de gás de efeito estufa anual, essa evolução anual...

Eu estou muito curioso para saber exatamente quais foram as emissões do setor de geração de energia elétrica no ano passado, quando, maciçamente, as térmicas tiveram que ser acionadas por causa dos níveis dos reservatórios. Acho que isso deve ter trazido alguma mudança significativa.

Gostaria de ver como é a evolução do setor transporte. Gostaria de ver o que está acontecendo na agricultura, para termos realmente uma noção clara.

Por outro lado, em relação a esses planos setoriais, o que ele colocou é absolutamente verdadeiro. Se não há uma estratégia clara, se não há uma articulação dentro do Governo, se não há uma vontade política e, sobretudo, se não



se criam mecanismos econômicos..., porque eu acho que isso vale para o Brasil e vale para o contexto internacional de uma forma geral.

A questão decisiva, em relação a mudanças climáticas, é se gerar uma economia de baixo carbono, é mexer em uma série de instrumentos econômicos para fazer com que círculos que hoje são viciosos se transformem em círculos virtuosos.

Então, a ideia de mexer na tributação, hoje..., eu não estou dizendo aumentar a carga tributária, não, mas substituir tributos. Hoje, nós temos tributos que são socialmente, ambientalmente regressivos, têm que ser substituídos por uma taxa de carbono. Tem que haver toda outra visão de articulação da questão das finanças com essa questão das mudanças climáticas.

Então, eu, cada vez que vou a esses fóruns internacionais e vejo como o papel do Brasil é respeitado, é admirado, é valorizado nesses fóruns — e, de fato, a nossa *performance* é digna de nota —, e quando chego aqui e me deparo com a nossa realidade, é uma sensação de estranheza.

Acho que, de fato, está no momento de a gente avançar. Há uma série de coisas que dependem do Governo Federal, mas há outras coisas que dependem dos Governos dos Estados.

Só para finalizar, uma palavra final sobre isso, uma situação concreta. São Paulo votou uma lei de mudanças climáticas extremamente avançada, prevendo inclusive uma redução de 20% no agregado. Uma redução absoluta de emissões de 20%. Uma lei ótima, mas que a gente não vê nenhum indício de que ela esteja sendo cumprida de alguma forma.

Recentemente, o ex-Ministro, Secretário de Meio Ambiente do Rio de Janeiro, meu querido amigo Carlos Minc, preparou para o Governador Sérgio Cabral um decreto, criando uma espécie de mercado de carbono, no Rio de Janeiro. E, tentando criar um *gap*, um limite de emissões, pela primeira vez estabelecendo um limite de emissões para as indústrias do Rio de Janeiro.

Na minha opinião, bastante moderado, o cenário mais agressivo, o cenário mais ousado era 20% de redução de intensidade de emissão de carbono, não sobrecarregado, de intensidade de emissão de carbono — moderadíssimo!



No entanto, não pôde esse decreto ser assinado pelo Governador. O Governador não quis assinar por pressão da FIRJAN. A FIRJAN alegando que, se o Rio de Janeiro sozinho, isoladamente, fizesse aquilo, ainda que fossem metas moderadas, sua competitividade ficaria prejudicada em relação aos outros Estados.

Enfim, não cabe aqui discutir essa colocação da FIRJAN. Mas o fato é que uma das funções do Governo Federal poderia ser de articular vários Estados. Eu estou tentando, informalmente, ver se São Paulo assina esse mesmo decreto, que é infinitamente mais reformista, digamos assim, para usar um jargão antigo, do que a lei que eles aprovaram há alguns anos. Então, a princípio, não haveria nenhuma dificuldade de São Paulo fazer isso, de Minas fazer isso, do Rio fazer isso, para poderem fazer isso juntos. Não é nenhuma “brastemp”. A redução é muito pequena, quase ridícula, mas, pelo menos, inicia-se um processo.

Então, acho que outra função que o Governo deveria assumir é essa de tentar articular as questões em nível estadual, porque, às vezes, é muito mais fácil se aprovar uma legislação no âmbito estadual — isso não só no Brasil, mas também em outros países, como os Estados Unidos — do que aqui, em que a gente sabe das dificuldades.

Era isso. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Vanessa Grazziotin) - Muito obrigada, Deputado Sirkis. Acho que as informações que V.Exa. passa aqui para todos que estão aqui contribuem muito.

Quero comunicar que o Deputado entregou um relatório, por escrito, sobre a sua participação e os resultados da reunião, que eu passo à Secretaria da Comissão Mista de Mudanças Climáticas para que faça parte dos nossos anais. Ao final, o Deputado apresenta duas propostas: uma moção a ser encaminhada ao Ministério das Relações Exteriores; e outra a realização, ainda este ano, do Rio Clima. Enfim, eu apenas solicito que isso seja transformado em proposições para que nós possamos na próxima reunião apreciar e sem dúvida aprovar essas duas importantes sugestões.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Só um detalhe, Deputada Vanessa...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Vanessa Grazziotin) - Deputado Sirkis, pois não.



O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - A primeira delas — vou explicar rapidamente o porquê —: uma das coisas que chamou a atenção, ao final da reunião, em Bonn, foi que havia uma segunda reunião, prevista para o mês de junho, que foi cancelada pela ONU por falta de verba. Então, imagina aquela situação: uma corrida dramática em relação ao novo acordo do clima em 2015, e uma reunião crucial da ONU é cancelada por falta de verba das Nações Unidas.

Aí, eu comecei a conversar com os diplomatas que têm grande experiência nesse processo, e apareceu um dado assustador: a negociação internacional do clima do sistema das Nações Unidas é feita durante 25 dias por ano, apenas, em média. E na delegação brasileira surgiu a ideia — e me pareceu muito boa, só que ela não pode ser apresentada como uma iniciativa da delegação brasileira por uma série de razões. Então é bom que o Congresso provoque — de que essas negociações deveriam se transformar em negociações permanentes e ser passadas para Genebra; quer dizer, sem mudar, digamos, a sede da UNFCCC, que é em Bonn, mudar o processo negociador permanente para Genebra, onde a Organização das Nações Unidas tem toda uma infraestrutura de negociação já montada, ajeitada, com delegações permanentes de todos aqueles países e tudo. Porque realmente 23 dias de negociação por ano, apenas, não vão dar conta do recado. Então, o sentido dessa moção é dar condições ao Itamaraty de poder dizer que não foi uma ideia deles, mas que o Congresso brasileiro assinou...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Vanessa Grazziotin) - Então, faremos a análise e, se possível, a aprovação da moção a ser encaminhada ao Ministério das Relações Exteriores na próxima semana.

Eu passo a palavra imediatamente ao Deputado Fernando Ferro, nosso Vice-Presidente.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Muito obrigado, Sra. Presidenta.

Bom dia a todos os debatedores, participantes, e a todas e a todos aqui. É evidente que nós fazemos um debate aqui que não pode se descolar de uma realidade, de uma crise econômica mundial. Nós estamos às vezes muito tentados a implementar ou colocar certos conceitos como se o mundo hoje fosse o mesmo de cinco, dez anos atrás. Nós estamos vivendo uma situação internacional extremamente complicada. Não há inclusive sinais consistentes de recuperação no



ambiente imediato. A União Europeia vivendo uma situação dramática, alguns países já na bancarrota, a situação social se degradando, e conseqüentemente isso está diretamente ligado à realidade dos sistemas produtivos, que implica naturalmente no problema da questão ambiental. Nesse aspecto eu diria até que o Brasil tem uma situação, ainda, de relativa comparação bem melhor do que nós estamos vendo por aí afora.

Então a minha preocupação aqui em relação ao que encaminhar, Presidenta, é que nós temos que tratar bem, principalmente com o nosso amigo do Ministério de Ciência e Tecnologia, a parte de inovação tecnológica e os investimentos que o Brasil deve fazer nessa área. Os Estados Unidos começam a se mexer, e a parte de alteração que eles produziram na indústria petroquímica é muito grande, com a adoção do gás de xisto, que para eles causou um impacto muito grande. E o que foi isso? Foi um esforço de inovação tecnológica muito grande.

Então, nós temos que ter uma preocupação central de como incorporar, no nosso processo industrial, essas possibilidades de trazer perspectivas tecnológicas de uma sociedade mais limpa. Nesse sentido, acho que nós temos que implementar e ampliar o debate sobre a nossa matriz energética, que já tem uma característica muito positiva, mas eu acho que as possibilidades energéticas renováveis para o País são muito grandes, principalmente na área de energia solar. Temos regiões inclusive que hoje estão vivendo um problema muito grande, o problema do Semiárido, que é, na verdade, um grande diferencial para as possibilidades energéticas. Eu acho que nesta Comissão nós precisamos provocar um debate mais diretamente sobre esse assunto, sobre essas possibilidades.

Uma outra questão que eu gostaria de saber — e nós temos que de alguma maneira pesquisar isso — é como estão, de fato, atuando os outros países nesse aspecto. O WWF, por exemplo, deve ter informações de como estão sendo tratados os planos nacionais sobre mudanças climáticas nos países, à luz dessa crise que se está vivendo. Como se está vivendo? Qual é o impacto disso? Como eles estão se colocando?

É evidente que a crise econômica também tem um lado contraditória e ironicamente positivo. A redução da atividade econômica, de certa maneira, significa que a capacidade de poluir diminuiu um pouco. Esse deveria ser um dado a se



“comemorar” — entre aspas —, mas não o é, porque ele tem implicações sérias. Nós não estamos vendo substituições importantes nos processos de geração de energia nesses países. Pelo contrário, nós estamos vendo aí o aprofundamento das tensões da guerra da geopolítica do petróleo e das suas consequências para o mundo. Então, é importante que se busque inclusive conhecer o que esses outros países estão fazendo nessa área, porque essa é uma questão planetária, não é uma questão só do Brasil. É uma questão planetária. Nós temos que discutir sempre nesse contexto.

O Brasil tomou iniciativas importantes recentemente em relação ao etanol, tentando dar uma reativada no setor, que tem seus problemas, suas dificuldades, mas que de alguma maneira contribui para a questão ambiental. E é visível o esforço. Nós temos o plano de leilões de energia no Brasil, que, de 2013 a 2017, prevê investimentos principalmente em fontes renováveis. Em termos de megawatts, são: mais de 21 mil em hidrelétricas; 10.050 em energias renováveis, como a solar e outras; e 1.500 em termelétricas. Pelo menos é um sinal, nesse quadro de 2013 a 2017, de que esses novos leilões estão apontando para contribuir nesse aspecto.

Não me parece que essa é a lógica que está sendo observada, ou o procedimento que está sendo observado em caráter geral. Mas, de qualquer forma, acho que isso é importante, porque arma o Brasil e lhe dá autoridade inclusive para que nós possamos cobrar avanços em outras áreas e ser menos cobrados. O Plano, mesmo com suas dificuldades, dá a nós autoridade, nessas áreas, para cobrar o posicionamento de outros países. Já demos lições sobre isso, e acho que é importante que se aprofunde mais a nossa capacidade de questionar e de avançar nessas áreas.

Às vezes tem sido muito dura a cobrança em relação ao Brasil em algumas áreas, quando nós sabemos que, dos pecados que são cometidos, talvez os nossos estejam entre os medianos ou até menores do que isso. Mas é importante sabermos e conhecermos esses dados para podermos fazer esse debate não apenas ouvindo lições, mas também dando lições.

Era isso, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Vanessa Grazziotin) - Muito obrigada, Deputado Fernando Ferro.



Eu vou passar a palavra aos nossos convidados, começando novamente pela Dra. Karen, que inclusive tem alguns questionamentos a responder.

A SRA. KAREN COPE - Começo pela referência ao trabalho em andamento, o texto da atualização do Plano Nacional, Senadora. Até o momento, o entendimento do Poder Executivo é que de fato se trata de um trabalho em andamento. Nós não temos uma versão consolidada e, quinzenalmente, nós nos reunimos, refazemos os trechos e debatemos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Vanessa Grazziotin) - Dra. Karen, desculpe-me. Eu não anunciei aqui, mas nós temos um tempo médio de 5 minutos para cada um, já contando com as considerações finais.

A SRA. KAREN COPE - O.k., eu vou ser breve. Em todo o caso, como representante do Grupo Executivo do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, eu vou levar essa demanda. Na próxima reunião do GEx, que será no próximo mês — nós tivemos a reunião deste mês agora na segunda ou na terça-feira —, levarei essa demanda e vamos ver qual vai ser a avaliação do Poder Executivo. Em todo o caso, a previsão é de que esse trabalho seja consolidado e já esteja em consulta pública a partir de julho. Então, estamos falando de 2 meses de trabalho e de tempo para essa divulgação de uma forma consolidada e pronta.

Sobre o processo de atualização e os prazos apresentados pelo Fórum Brasileiro para o Cumprimento dos Diálogos Setoriais, Neilton, informo também que, na última reunião do GEx, já foi aprovada a extensão do prazo para atender ao novo cronograma, atender inclusive às demandas e às últimas datas colocadas — eu acho que é a reunião da CNI. Então, não há nenhum problema. O GEx entende que é fundamental ter esse subsídio de todos os atores que queiram colaborar.

Até a primeira semana de julho, então, devemos receber esse documento do Fórum, já consolidado. Vamos trabalhar nessa incorporação com a maior rapidez possível para que não atrase o calendário da consulta pública. Eu acho que julho vai ser, de fato, o mês para se fazer esse trabalho de consolidação.

Carlos, eu queria agradecer suas críticas qualificadas e, na sua pessoa, agradecer às redes, ao FBOMS e ao Observatório do Clima, que são muito importantes. Grande parte do que foi colocado aqui não temos tempo para discutir ponto a ponto, mas também tem sido considerado por vários órgãos do Poder



Executivo. Há sempre dificuldade em conseguir alcançar alguns consensos e transformá-los em textos, mas contamos com vocês para manter esse debate e essa crítica qualificada. Acho que essa versão que será consolidada em julho já vai trazer um grande avanço em relação ao que tivemos no Plano em 2008. Eu realmente estou otimista sobre isso.

Mas eu queria fazer um apelo. Entendo a posição de aguardar o lançamento dos Planos Setoriais, mas não os ter nesse debate conosco nem os subsídios da parte de vocês, neste momento, realmente vai prejudicar bastante a qualidade do processo. Então, eu gostaria de fazer um apelo para que vocês reconsiderem essa posição, contribuam conosco, sim, e que isso não impeça a demanda e a pressão pelo lançamento dos planos.

Quanto ao lançamento dos Planos Setoriais, eles foram aprovados pelo Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima em novembro do ano passado, mas foi decidido que o lançamento seria feito pela Presidência da República. Então, é questão de aguardar a data de lançamento, não há um problema de aprovação. Eles não serão divulgados até que sejam lançados. E o lançamento está previsto para ocorrer numa reunião da Presidência com o Fórum, o que ainda não aconteceu.

Então, essa é a explicação mais objetiva que eu posso dar. Mas eu só queria ressaltar que, embora os Planos Setoriais não estejam lançados formalmente — e acho que esse atraso tem seus problemas, sim, não discordo disso —, eles estão em fase avançada de implementação. Muitos deles já estruturaram, em portarias e em outros aspectos formais, suas comissões técnicas de implementação e já discutem os aspectos técnicos, fazendo novos estudos. Então, o não lançamento não impediu o Executivo de trabalhar e avançar bastante nas etapas de implementação. Eu acho que todos vocês podem acompanhar isso.

Eu sempre destaco o Plano Indústria, que, embora não tenha sido lançado, tem uma comissão técnica instalada com várias reuniões com todas as associações representativas do setor da indústria, do setor privado, tem feito um debate de altíssima qualidade e discutido temas fundamentais como um todo, para a implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima.



Então, que o lançamento também não ofusque o grande avanço que estamos fazendo, sim, nos vários Ministérios coordenadores dos Planos Setoriais de Mitigação.

Um último informe: o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, no seu Grupo Executivo, instalou o Núcleo de Articulação Federativa para o Clima, em fevereiro. Trata-se de um espaço onde buscamos promover entre o Governo Federal e os Governos Estaduais uma harmonização das políticas federal e estaduais sobre mudança do clima. Debates temas como o Registro Nacional de Emissões, realização de inventários, discussão de metas nacionais e subnacionais. Vários temas estão ali colocados. E todas as memórias de reunião do Núcleo de Articulação Federativa, do GEx e dos demais grupos de trabalho que operam com o GEx estão no *site* do MMA. Eu recomendo e sugiro que vocês também acompanhem pelo *site* todas essas informações.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Vanessa Grazziotin) - Muito obrigada, Dra. Karen.

Antes de passar a palavra para o Dr. Neilton, eu só queria fazer uma breve observação: os avanços que estão sendo dados, não só no setor de indústria, mas em outros setores, claro que não são reconhecidos. Agora, é muito importante que nós tenhamos esses planos, que segundo a senhora já estão aprovados, lançados e divulgados efetivamente. E nós nos colocamos à disposição no sentido de colaborar e contribuir para que esse lançamento ocorra o mais rapidamente possível, porque isso é importante, até para que a sociedade e o Parlamento possam acompanhar a sua execução.

Então, a Comissão está à disposição para isso.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Vanessa Grazziotin) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Até porque existe a Lei de Acesso à Informação, que permite requisitar essas informações em algum momento, não é?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Vanessa Grazziotin) - A qualquer momento, pela Internet também, inclusive. Na verdade, os Planos ainda não estão na Internet, porque não estão publicizados. Vamos debater entre nós. Temos uma reunião



administrativa hoje, para tratar das medidas que podemos tomar no sentido de fazer com que esses planos sejam de domínio público o mais rápido possível.

Passo a palavra agora ao Dr. Neilton.

O SR. NEILTON FIDELIS DA SILVA - O Fórum, na verdade, tem sido um grande aprendizado para nós, que trabalhamos no espaço. São setores distintos, às vezes com interesses antagônicos, mas um exercício que temos feito é o de buscar uma convergência. Então, o Observatório do Clima e o FBOMS têm sido parceiros fundamentais para nós.

Então, eu acho que um segundo exercício, Carlos, terminado aqui, é tentarmos juntos provocar os outros setores do Fórum no que tange a essas demandas que vocês apresentaram aqui e ver como isso repercute no espaço. Creio que é de interesse de todos os setores presentes no Fórum que esses planos sejam divulgados.

De fato, na realidade, nós conhecemos bem o conteúdo deles, porque as cinco consultas públicas deixaram claro. As grandes metas desses planos setoriais já conhecemos, mas é preciso uma formalização disso e ver como eles vão se incorporar no Plano Setorial. Era inclusive uma frase do ex-Ministro que a nova versão do Plano não vai ser a soma dos planos setoriais. É o que o Carlos coloca: temos que harmonizar todos esses setores.

Então, de parte do nosso espaço, em nome do Prof. Pinguelli, eu coloco que nós também estamos abertos a essa discussão, e o Fórum tem sido um dos atores que tem tentado agilizar esse lançamento. Chegamos a ter quase uma data agendada para essa reunião com a Presidenta da República que não se conseguiu. Então, essa demanda de vocês só se soma à nossa necessidade de ter esse marco já definido.

Agora, também temos que ver como caminhamos nesse processo. Precisamos conversar, porque fica faltando uma perna do processo. Seguimos nessa discussão, mas não temos essas duas grandes redes discutindo. Então, acho que temos que ver como equacionamos esse processo.

No geral, Deputada, eu acho que é isso. Não temos muito que entrar nessas coisas mais internas do Governo, porque, mesmo tendo a Presidenta da República presidindo o Fórum, nós não temos o mandato de responder pelo Governo.



A SRA. PRESIDENTA (Senadora Vanessa Grazziotin) - Muito obrigada, Dr. Neilton.

Passo a palavra agora ao Dr. Carlos, do WWF.

O SR. CARLOS RITTL - Senadora, muito obrigado. Um crítico de arte não consegue fazer uma crítica de um quadro se ele não ver o quadro. Um crítico de arte não consegue fazer uma crítica de um quadro se ele não o vir. Fica difícil. Se ele não conhece o quadro, ele não consegue dizer se ele representa um belo exercício do artista que o produziu. E nós precisamos ter acesso a isso. Parece-nos fundamental ter acesso a esse conjunto de políticas, e uma indicação por parte do Governo de como aquilo que...

A lei estabelece a necessidade de se consolidar os diferentes elementos de política pública dentro de um arcabouço único, coeso, coerente, coordenado. Isso precisa ser apresentado para nós, nem que seja na forma de plano.

Hoje nos parece que esse processo como está não vai nos levar a isso. E nós não podemos esperar que esse processo passe 1 ano discutindo o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, de forma que a partir do ano que vem, nós comecemos a fazer esses exercícios, identificando todas as carências e deficiências e debilidades que são muito claras até hoje, daquilo que é compromisso do Governo, que é compromisso diante da lei. É fundamental para nós, que estamos aqui para colaborar. Consideramos que a melhor colaboração que podemos fazer, neste momento, é a melhoria do processo. Estamos aqui para isso, com demandas claras e de nada extraordinário, apenas de que sejam cumpridos os compromissos estabelecidos por lei ou que ao longo do tempo o Governo colocou na mesa.

Isso é crítico, é fundamental para que nós consigamos fazer uma contribuição qualificada. Senão, ao final deste ano, vamos chegar com um plano talvez de uma natureza semelhante ao de 2008: ele pode agregar mais informações, ter algumas novidades, talvez mais novidades que o de 2008, mas ainda assim não ser um plano estratégico, quando nos parece fundamental que tenhamos um Plano Nacional sobre Mudança do Clima que seja estratégico para o País, que seja, de fato, algo que nos traga benefícios.

Neste momento tanto de emergência climática quanto de crise econômica internacional, como o Deputado Fernando Ferro mencionou, a recuperação, a



chamada *green recovery* é a que pode levar os melhores resultados para todos os países. Investir em tecnologias limpas, investir em desenvolvimento de baixo carbono, investir no aumento da eficiência dos diferentes setores da economia, que é uma das metas do Plano de 2008, é fundamental.

O WWF tem realmente alguns estudos sobre o Brasil, entre eles um índice de investimento em tecnologias limpas voltadas para o desenvolvimento de baixo carbono. Num conjunto de 38 grandes economias do mundo, o Brasil está em 25º. Estamos muito atrás de muitos países desenvolvidos e de muitos países em desenvolvimento.

O Deputado Alfredo Sirkis mencionou o investimento em energia solar no Brasil. Em 2011, nós investimos em torno de 50 milhões de dólares. A Índia investiu 100 vezes mais, 5 bilhões. A Arábia Saudita, que está em cima de uma das maiores reservas de petróleo do mundo, daqui até 2020, vai investir mais do que se investiu até hoje no planeta em energia solar e energia eólica.

Então, há caminhos, e estamos falando de desenvolvimento. Mudança climática não é uma questão ambiental, é uma questão estratégia de investimento, e nós podemos fazer muito.

Senadores, Deputado Alfredo Sirkis, Deputado Fernando Ferro, nós esperamos que, com a intervenção do Parlamento, nós consigamos que as demandas apresentadas na nossa carta à Casa Civil elas sejam atendidas, para que esse processo gere de fato os resultados possíveis para o País. Não são apenas demandas da sociedade brasileira ou de duas redes das organizações da sociedade civil; são, de fato, questões de interesse nacional. É fundamental a disponibilização de informações e o caminho.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Sr. Carlos, eu acho importante a sua observação no sentido do nosso crescente interesse em investimento tecnológico e concordo com ela. Agora, não dá para desconsiderar a qualidade da matriz elétrica da Índia ou da Arábia Saudita frente à do Brasil. Eu acho que o que o Sirkis colocou foi que, aqui no Brasil, alguns técnicos da área de energia elétrica acham que estamos no céu e não podemos fazer nada. E nós temos que fazer algo nessa área.

O SR. CARLOS RITTL - Exatamente, Deputado.



O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - É evidente que não no nível de comprometimento que tem a Índia ou a Arábia Saudita, cujas matrizes energéticas são verdadeiras sujeiras completas comparadas a nossa. Mas isso não justifica que não tomemos iniciativas nesse sentido.

O SR. CARLOS RITTL - Exatamente, Deputado. Sentamos muitas vezes, confortavelmente, em cima do discurso e que nossa matriz é limpa, como se isso fosse suficiente. Podemos fazer mais, porque é estratégico, não só pela questão da redução de emissões. Investir em tecnologia limpa gera empregos, gera desenvolvimento tecnológico, e o Brasil está ficando para trás na corrida pelo desenvolvimento tecnológico e pela tecnologia limpa aqui no Brasil.

Nós estamos aqui com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e é fundamental, como o senhor falou, investir em inovação. Nós sabemos que existe um esforço para que isso aumente, mas nós ainda estamos muito atrás. Países desenvolvidos e países em desenvolvimento investem muito mais do que o Brasil hoje. Grandes países em desenvolvimento — China, Índia — investem muito mais do que o Brasil. Eu mencionei a Arábia Saudita. Eles têm muito mais petróleo do que nós temos no pré-sal. Eles estão de olho em energia solar e eólica. Eles precisam disso? Não. Eles têm petróleo à vontade para explorar e para ser suficiente para a sua matriz atender às suas necessidades, mas eles estão com olhar estratégico sobre questões a que nós talvez estejamos dando menor importância.

De novo, Senadora e Deputados, reforço aqui o nosso pleito: que as nossas demandas, expressas nessas cartas, sejam reforçadas através de uma intervenção do Parlamento junto à Casa Civil, para que as respostas sejam dadas e as condições sejam oferecidas não só a essas organizações, mas a todos. Nós estamos aqui dispostos e sempre estivemos. Como o Neilton mencionou, essas redes sempre colaboraram, participaram, sempre que chamadas e mesmo quando não chamadas, e estão dispostas a debater, colaborar, trazer conteúdo, trazer um olhar estratégico sobre questões de interesse do País. Nós estamos aqui para isso. O primeiro passo é melhorar esse processo. Sem a melhoria desse processo, nós achamos que este é um ano talvez de muitos recursos, muitas reuniões, para sairmos com um plano um pouquinho melhor do que o de 2008. Nós podemos fazer muito mais do que isso.



Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Vanessa Grazziotin) - Agradecemos a sua participação.

Eu devolvo a palavra ao Dr. Neilton, que ainda tem uma questão a colocar.

O SR. NEILTON FIDELIS DA SILVA - Vou ser breve.

Eu acho que nós podemos não paralisar o processo. Na sua apresentação, Carlos, você já identifica no texto atual uma série de reflexões que nós temos que fazer. Eu acho que nós podemos, sim, fazer paralelamente as coisas. Nós temos que nos debruçar sobre o texto atual do Plano. Existem críticas estruturais, porque ele não diz como, quando, onde, por que e quanto custa. O exercício que o Jaques pensou inicialmente era se debruçar sobre esse texto atual, o que eu acho que não o invalida, porque ele é a base para essa discussão. Não se paralisa o processo, junto com as redes — nós temos intervenções a ser feitas no texto —, continuando nesse processo de ter divulgados os planos setoriais, garantindo também essa etapa, a segunda etapa, a de consultas públicas, que ela seja com uma metodologia mais efetiva de resolução dos pontos.

O SR. CARLOS RITTL - Desculpe-me. É uma pequena intervenção. Nós não achamos que o texto base é apenas o de 2000, tem que ser uma consolidação, um indicativo de como esse conjunto de políticas vai ser consolidado. Nós não temos nenhum indicativo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Vanessa Grazziotin) - Em relação ao pleito apresentando aqui pelo observatório, que é a rede, já falamos aqui da nossa concordância. Vamos atuar junto no sentido de não só obter as informações, mas tudo aquilo que se faz necessário para que avancemos nessa nova etapa do Plano Nacional.

Eu passo a palavra, por fim, ao representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, Dr. Gustavo.

O SR. GUSTAVO LUEDEMANN - Vou tentar responder a todos rapidamente.

Como esta fala já será também a das considerações finais — não sei se posso agradecer à Senadora Vanessa Grazziotin o convite feito pela Comissão de Meio Ambiente da Câmara —, quero agradecer ao Parlamento a oportunidade de o MCTI estar aqui falando sobre a revisão do Plano.



Tentando responder às várias intervenções, primeiramente, *bienvenue* a inquietude, principalmente a expressão dessa inquietude pela sociedade civil, aqui na pessoa do Carlos Rittl.

Como bem disse o Deputado Alfredo Sirkis, a reunião de Copenhague, pelo grau de frustração, causou até certa paralisia na sociedade civil, a descrença de que esse processo poderia continuar e até a descrença de muitas pessoas de que o mundo teria uma saída.

Então, essa energia da sociedade civil é muito bem-vinda. Apenas a título de querer acalmar algumas inquietudes, em relação às estimativas de emissão, de fato houve alguns questionamentos internos dentro do GECS, e eles estão expressos publicamente nas atas do GECS, que são públicas. Questões técnicas foram debatidas em relação ao documento das estimativas. Não há nenhum impedimento político de divulgação desses dados. Tanto que esse documento já havia sido aprovado pelo CIM, o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima.

Então, assim como a Karen explicou em relação aos planos setoriais, nós aguardarmos realmente uma questão de agendamento no nível mais alto para o lançamento desse documento.

Só me permito discordar um pouquinho do Deputado Sirkis em relação à que nós já teríamos utilizado nossa bala de prata. Eu acho que nós a usamos ao longo do tempo: não reduzimos o desmatamento para sempre, precisamos controlar o desmatamento continuamente. Esse é um fator importante que precisa ser levado em consideração e que tem um custo alto para a sociedade brasileira.

A redução do desmatamento está refletida também nesse relatório das estimativas de emissões até 2010. Houve uma redução drástica das emissões brasileiras por conta da redução do desmatamento. Então, a mudança do uso da terra e florestas deixa de representar algo quase em torno de, se não me engano, 75% das emissões em 2004 e 2005 e cai bastante.

É como se tivéssemos um bolo com apenas algumas fatias cortadas em 2005. Essas pequenas fatias seriam os diversos setores, e o restante do bolo seria a mudança do uso da terra e floresta. Essa situação mudou consideravelmente. Hoje temos partes do bolo bem mais fatiadas, e a importância do uso da terra cai bastante no montante das emissões brasileiras.



Minha pequena discordância em relação à fala do Deputado Sirkis: isso não nos deixa necessariamente mais próximos do tipo de emissão dos países mais ricos, porque, na verdade, não houve a transferência de emissões de um setor para o outro, mas, sim, uma redução considerável na mudança do uso da terra e floresta.

O Deputado Sirkis esteve presente nas discussões que também queriam em Bonn debater como aumentar a ambição de mitigação até 2020, até que se tivesse novo instrumento. Nessas discussões, o que se colocava muito era que ainda teríamos no mundo muitas reduções a serem mitigadas em mudanças do uso da terra e floresta, e que esse potencial deveria ser explorado. Os países ricos colocaram isso com muita ênfase. Porém, eles não lembram que, na verdade, temos um segundo período de compromisso do Protocolo de Kyoto em que os países ricos deveriam reduzir suas emissões, ou deveriam se comprometer a reduzir suas emissões, que são principalmente provenientes da queima de combustíveis fósseis e de processos industriais de geração energia de outros setores, e que esse compromisso não está sendo cumprido.

Só para se ter uma ideia, o comprometimento médio dos países ricos em redução de emissões no Protocolo de Kyoto era de 5%. No Brasil, voltando ao ano de 1990, o ano base do Protocolo de Kyoto, as reduções foram da ordem de 10%. Então, não temos um quadro tão ruim para o Brasil. Acho, inclusive, que a expectativa em cima do Plano Nacional não deve ser tão alta em termos do enorme tamanho da redução de emissões que nós temos de fazer.

Nós temos que pensar a adaptação no Brasil. Não é que o Brasil não tenha uma política de adaptação. Ela é exatamente o foco da política do Brasil hoje: acabar com a pobreza. A vulnerabilidade brasileira deve-se principalmente à ocupação de áreas de risco, a questões relacionadas com a pobreza. Então, temos que entender política de adaptação muito ligada às políticas sociais.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. GUSTAVO LUEDEMANN - De acordo, mas não se pode dizer que não estamos fazendo nada. Talvez não tenhamos colocado o rótulo certo nessas políticas, do ponto de vista de quem trabalha com política de mudança climática. Mas não podemos dizer que nada vem sendo feito.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. GUSTAVO LUEDEMANN - Exato. Bem-vinda a pressão. Ela sempre é boa. Mas, abaixando um pouquinho a expectativa em relação a alguma mudança mirabolante que deveria vir do Plano, acho que o Plano interessa principalmente aos setores, uma vez que nenhuma política protecionista seria boa para os setores a longo prazo. Acho que os setores devem estar preocupados em andar *pari passu* com o desenvolvimento tecnológico de outros países, porque, em algum momento, uma exigência de *benchmark* pode causar sérios prejuízos para o Brasil, inclusive de eficiência, porque, em última análise, trabalha-se muito com a eficiência quando se trabalha com mitigação.

Por último, falando sobre desenvolvimento tecnológico e conforme disse o Deputado Fernando Ferro, entendemos que a matriz brasileira ainda é bastante limpa, mas também vemos que algumas fontes que estão cada vez mais perto da fronteira de sua capacidade de expansão investem bastante em desenvolvimento tecnológico nessas áreas. Não sou a pessoa adequada para falar sobre isso. Esse tema é tratado em outra Secretaria do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, mas há amplos investimentos no setor de energia, não só para as renováveis, mas para o setor de energia como um todo, para fontes alternativas, em grande parte com recursos nacionais, mas muitos também advindos de acordos bilaterais, com a Alemanha, por exemplo, ou multilaterais, e aí há pelo menos um grande projeto do GEF, que eu conheço, em relação à energia e à siderurgia.

Para concluir, devo dizer que o quadro não está tão feio. Já adiantei algumas coisas em relação ao que seria o resumo do relatório das estimativas de emissão e acho que o quadro vai ficar por aí. Eu lamento ter que adiantar isso dessa maneira. Preferiríamos fazer isso num lançamento, numa coisa mais bonita, mas, em breve, isso vai acontecer, e o documento vai estar à disposição.

Obrigado.

A SR. PRESIDENTA (Senadora Vanessa Grazziotin) - Agradecemos ao Dr. Gustavo a participação.

Pergunto ao Deputado Fernando Ferro se teria alguma observação a fazer.
(Pausa.)

Vou, então, passar a palavra ao Deputado Alfredo Sirkis e, na sequência, encerrar os trabalhos desta audiência.



O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Eu acho que um pouco de polêmica é bom mesmo. O "não estamos tão mal assim" depende de em relação a quê. Em relação, comparativamente, ao que os outros países estão fazendo, nós estamos ótimos. Em relação ao que vai acontecer com o planeta no processo inercial, o *business-as-usual*, em relação ao fenômeno do aquecimento global, a situação é absolutamente assustadora, é aterradora.

É claro que existem aqueles que negam que isso esteja acontecendo. Nessa semana, a gente teve o órgão oficial do Partido Republicano norte-americano no Brasil, e a revista *Veja* publicou um artigo de negacionismo climático no mesmo tom daquele dos irmãos Koch, e de outros, que ficaram completamente desmoralizados ao encomendarem nos Estados Unidos um estudo que dizia exatamente o contrário. Caíram no erro de contratar um cientista honesto. Quer dizer, no momento em que o negacionismo climático nos Estados Unidos está completamente desmoralizado até entre os republicanos, a revista *Veja* vem com um artigo citando um sujeito que ninguém conhece, que não foi citado por nenhum órgão de imprensa internacional — e eu leio *Le Monde*, *The New York Times*, *El País*, *The Economist*, *L'Observateur*, e nenhum desses órgãos de imprensa minimamente sérios citou esse estudo que a *Veja* esta semana publica como uma coisa muito diferente, muito interessante.

Uma coisa é o Brasil em relação ao resto do mundo — nós estamos bem, muito bem, eu diria —, outra coisa são todos, inclusive o Brasil, em relação ao que precisa ser feito, em relação ao conjunto de obrigações em virtude do Anexo I do Protocolo de Kyoto, somado com o conjunto de compromissos voluntários, os chamados NAMA, consagrados a partir da Conferência de Copenhague.

Tudo isso dá realmente uma projeção para um aumento de temperatura de 4 ou 5 graus no final do século, muito longe dos 2 graus, muito longe dos 450 ppm. É o chamado *the gap*, no idioma da ONU, ou seja, o abismo que existe entre o conjunto dos compromissos, tanto compulsórios como voluntários, assumidos pelos vários países e o mínimo que os cientistas do IPCC dizem que é necessário para que se evitem as consequências catastróficas do aquecimento global, porque as consequências graves já existem com o aumento de 0,8 grau que temos hoje. A situação do Ártico é dramática, surpreendeu inclusive os cientistas do IPCC, porque



é pior do que o cenário mais pessimista que eles faziam há 10 anos. E assim por diante.

Então, eu acho que o Brasil, comparativamente com os outros países, tem feito mais, mas isso não é consolo, por causa do tamanho e da complexidade do problema.

Quando eu falei na bala de prata, estava apenas me referindo ao seguinte: de fato, o Brasil tinha a possibilidade de abaixar rapidamente e de forma contundente as suas emissões numa coisa que, embora não seja trivial, não seja simples, é sem dúvida nenhuma mais fácil do que a China mudar a matriz energética dela em 80%, dependendo do carvão. Falei na bala de prata, porque tínhamos a possibilidade de, rapidamente, no espaço de uma década, reduzir de forma substancial nossas emissões. E assim fizemos.

Por que é bala de prata? Porque a usamos uma vez. Nos próximos 10 anos, o Brasil não vai conseguir ter o mesmo resultado de redução porque não consegue abaixar o desmatamento nessa proporção.

Agora, para reduzirmos mais nossas emissões, temos que atacar a questão dos transportes, a questão urbana, a questão da agricultura, a questão energética, de uma forma que não fizemos até agora, em situações que não nos preocuparam até o momento. A partir de agora, vamos precisar nos preocupar com isso.

Só para responder a uma indagação que o Deputado fez em relação ao que os outros países estão fazendo, eu começaria pelo atual principal emissor, que é a China, responsável por mais de 20% das emissões, junto com os Estados Unidos, com 40%. A China não tem, até agora, metas de redução agregada. Ela tem metas de redução da intensidade de carbono por ponto percentual do PIB. Se não me engano, 16% de redução da intensidade de carbono por ponto percentual do PIB até 2020. É um objetivo muito insuficiente em relação ao volume de emissões da China, que é muito significativo. Isso tem que ser relativizado por dois dados que são importantes de serem ditos: a maioria das emissões da China, ao contrário de outros países, ainda é dada pela sua produção, pelas suas indústrias, e essas indústrias basicamente atendem a um consumo que é do resto do mundo.

Então, é uma discussão extremamente pertinente a de como se calcula a responsabilidade por emissão, porque isso tem a ver com um fenômeno



extremamente importante chamado *carbon linked*, que até questiona os dados de redução dos países do Anexo I do Protocolo de Kyoto, no caso, Europa e Japão. Existe uma série de estudos que indicam que 25% das reduções da Europa e do Japão são oriundas de deslocalização de empresas, de transferência de empresas.

Eu vou dar um exemplo próximo da gente. Quando a Thyssenkrupp, eventualmente, diminui a sua produção siderúrgica na Alemanha e monta a CSA em Santa Cruz, no Rio de Janeiro, ela pode contabilizar uma redução de emissões no contexto europeu, mas é uma falsa redução de emissões, porque, na verdade, essas emissões não foram de fato reduzidas, visto que não existe diferença nenhuma se você emitiu no Ruhr, na Alemanha; em Xangai, na China; ou em Santa Cruz, no Brasil. Não há diferença nenhuma. O efeito em relação a mudanças climáticas é exatamente o mesmo.

Então, a questão da China, de fato, tem que ser relativizada por estas duas questões: em primeiro lugar, uma parte das indústrias, sobretudo cimenteiras, que antes estavam no Japão e foram transferidas para a China — houve uma parte das indústrias que se mudou para lá, e essas indústrias atendem muito mais a um consumo fora da China do que propriamente a um consumo na China; por outro lado, os chineses, mais do que ninguém, são vulneráveis ao aquecimento global. A China é um dos países do mundo com muito poucas terras para agricultura, em proporção ao seu território. A China tem poucas terras apropriadas para agricultura, em comparação com a dimensão do seu território, e tem pouca água em relação à dimensão do seu território. Os chineses estão extremamente preocupados com os efeitos do aquecimento global sobre eles próprios, estão num esforço gigantesco, e a capacidade de realização deles é notável. Portanto, apesar de ser hoje o país de maior emissão, a China realmente me preocupa menos do que outros países, pela consciência que os chineses têm do tamanho do problema e também pela capacidade que eles têm de realizar, de fazer as coisas.

O segundo país maior emissor são os Estados Unidos. Nos Estados Unidos está acontecendo uma coisa curiosíssima: eles são o país mais recalcitrante em relação a qualquer tipo de compromisso internacional; assinaram e depois recuaram e repudiaram o Kyoto; passaram 8 anos governados pelos negacionistas climáticos; na Conferência de Copenhague, apresentaram um objetivo modesto, que é a



redução de 17% das emissões, tomando como ano-base 2005; e não conseguiram cumprir, porque o Senado americano não aprovou o *cap and trade*. No entanto, nos últimos anos, os Estados Unidos cortaram as suas emissões no agregado em mais ou menos 10% a 12%. Cortaram as suas emissões no agregado. Por quê?

Aí temos a questão do gás de xisto. Depois de um grande investimento público, de anos e anos de pesquisa basicamente financiada pelo Governo americano, criou-se uma exploração do gás de xisto, o preço do gás de xisto caiu abaixo do preço do carvão, e uma grande parte da energia elétrica, que anteriormente era produzida pelas térmicas a carvão, passou a ser produzida pelas térmicas de gás natural.

Os Estados Unidos, concretamente, abaixaram essas emissões, sem ter assumido nenhum compromisso de que o iriam fazer. Agora, qual é o problema? O problema, primeiro, é que o gás de xisto tem efeitos ambientais locais consideráveis; segundo, a gente não sabe se essa redução do preço do gás em relação ao do carvão é duradoura ou efêmera — é uma questão de mercado: ora está assim, ora pode estar assado; e, em terceiro lugar, existe o mais preocupante de tudo: não se conhece exatamente o grau de vazamento de metano que advém dessa exploração. Pode ser que uma parte dessa redução seja compensada negativamente pelo despejo de gás metano na atmosfera, gás que — a gente sabe — é 21 vezes mais ativo como agente de efeito estufa do que o próprio CO₂. Mas os Estados Unidos, até prova em contrário, nos últimos anos, têm cortado essas emissões.

A Europa tem cortado de forma sistemática, com aquele problema que eu mencionei anteriormente, de que uma parte disso é por deslocalização de atividades econômicas.

O Japão se retirou de Kyoto, saiu fora, e as perspectivas são um pouco preocupantes, porque o Japão está no limiar de uma retomada econômica, à base de uma mudança completa da sua política macroeconômica. Eles tiveram o problema do acidente nuclear, fecharam uma série de usinas nucleares e reativaram uma série de térmicas a carvão. Então, o Japão está realmente numa situação preocupante.



Quanto a outros países, o Canadá está num retrocesso terrível. O Canadá é um país que se retirou formalmente; por não ter cumprido seus compromissos de Kyoto, retirou-se.

Então, na verdade, dentro dessa configuração, o país que conseguiu reduzir — não sei se foram 10% ou 7% — as suas emissões no agregado foi o Brasil, um país em desenvolvimento, que não tinha essa obrigação, pelo Anexo I do Protocolo de Kyoto. Eu acho que, de fato — concordo com o Deputado —, nós não temos lições a receber de ninguém. Mas isso não nos serve de consolo, nem de álibi, para não ter que aprofundar a nossa mitigação, para poder dar o exemplo e fazer frente a um problema que é de natureza gigantesca.

Eu não gostaria que o Governo deitasse nos louros do fato de nós sermos, de fato, um país que se destaca no concerto das Nações pela mitigação conseguida no último período, mas que conseguíssemos redobrar os nossos esforços, continuar fazendo o que já vínhamos fazendo e fazer mais, dentro de um campo que nos vai ser no futuro mais difícil, porque vai ser mais difícil, daqui para frente, reduzir as emissões em relação ao que foi nos últimos 10 anos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Vanessa Grazziotin) - Muito obrigada, Deputado Sirkis.

Caminhamos, então, neste momento, para o encerramento da nossa audiência pública, que foi transmitida ao vivo pela Internet.

Quero fazer um convite a todos. Hoje nós teremos uma reunião administrativa da Comissão, à tarde, na sala da Comissão, e semana que vem teremos, na terça-feira, dia 14 de maio, a partir das 11 horas, uma audiência pública em que nós trataremos sobre a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal — REDD Plus. Inclusive, como convidados, teremos um Senador mexicano junto conosco e representantes da Globe International, que é também um organismo em que participam Parlamentares de vários países do mundo.

Então, agradecendo aos nossos convidados, todos e todas, encerramos a nossa sessão.

Obrigada pela audiência.